GOVERNO DO PIAUÍ

Diário Oficial

ANO LXXXVIII - 130º DA REPÚBLICA

Teresina(PI) Sexta-feira, 17 de maio de 2019 • Nº 92

PORTARIAS E RESOLUÇÕES

emgerpi

PORTARIA Nº 89/2019 – GAB/PRE

Teresina, 16 de maio de 2019.

Assunto: **Cessão de empregado (a)s.**

O DIRETOR PRESIDENTE da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A – EMGERPI, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 16, incisos "g, h/i" e as Atas do Conselho de Administração, de 23 de outubro de 2012, de 22 de janeiro de 2016 e de 11 de abril de 2018, as quais estão devidamente registradas e arquivadas na Junta Comercial do Piauí – JUCEPI e, ainda, em conformidade com o Decreto Nº 18.109, de 07 de fevereiro de 2019, publicado no DOE/PI Nº 029, de 11/02/2019,

RESOLVE:
Art. 1º - Ceder os empregados, abaixo relacionados, por prazo indeterminado, para a Secretaria Estadual de Defesa Civil – SEDEC/PI, na forma disposta no art. 4º do mencionado Decreto;
- **VALTENOR SANTANA DE MACEDO,** matrícula nº 25279-4;
- **FRANCISCO DAS CHAGAS NELSON DE OLIVEIRA,** matrícula nº 25505-0.

Art. 2º - Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se

Décio Solano Nogueira
Diretor - Presidente – EMGERPI

PORTARIA Nº 90/2019 – GAB/PRE

Teresina, 16 de maio de 2019.

Assunto: **Cessão de empregado (a).**

O DIRETOR PRESIDENTE da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A – EMGERPI, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 16, incisos "g, h/i" e as Atas do Conselho de Administração, de 23 de outubro de 2012, de 22 de janeiro de 2016 e de 11 de abril de 2018, as quais estão devidamente registradas e arquivadas na Junta Comercial do Piauí – JUCEPI e, ainda, em conformidade com o Decreto Nº 18.109, de 07 de fevereiro de 2019, publicado no DOE/PI Nº 029, de 11/02/2019,

RESOLVE:
Art. 1º - Ceder o empregado **ITAMAR FERREIRA CAVALCANTE,** matrícula nº 025507-6, por prazo indeterminado, para a Secretaria de Governo do Estado do Piauí – SEGOV, na forma disposta no art. 4º do mencionado Decreto;
Art. 2º - Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

Décio Solano Nogueira
Diretor - Presidente – EMGERPI

PORTARIA Nº 91/2019 – GAB/PRE

Teresina, 17 de maio de 2019.

Assunto: **Cessão de empregado (a).**

O DIRETOR PRESIDENTE da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A – EMGERPI, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 16, incisos "g, h/i" e as Atas do Conselho de Administração, de 23 de outubro de 2012, de 22 de janeiro de 2016 e de 11 de abril de 2018, as quais estão devidamente registradas e arquivadas na Junta Comercial do Piauí – JUCEPI e, ainda, em conformidade com o Decreto Nº 18.109, de 07 de fevereiro de 2019, publicado no DOE/PI Nº 029, de 11/02/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder a empregada **LÚCIA DE FÁTIMA BARBOSA DIAS AZEVEDO,** matrícula nº 082360-X, por prazo indeterminado, para o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/PI, na forma disposta no art. 4º do mencionado Decreto;
Art. 2º - Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se

Décio Solano Nogueira
Diretor Presidente – EMGERPI

PORTARIA Nº 92/2019 – GAB/PRE

Teresina, 17 de maio de 2019.

Assunto: **Cessão de empregado (a).**

O DIRETOR PRESIDENTE da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A – EMGERPI, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 16, incisos "g, h/i" e as Atas do Conselho de Administração, de 23 de outubro de 2012, de 22 de janeiro de 2016 e de 11 de abril de 2018, as quais estão devidamente registradas e arquivadas na Junta Comercial do Piauí – JUCEPI e, ainda, em conformidade com o Decreto Nº 18.109, de 07 de fevereiro de 2019, publicado no DOE/PI Nº 029, de 11/02/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder o empregado **VALDIMIRO JOSÉ HOLANDA SOARES,** matrícula nº 146194-0, por prazo indeterminado, para a Agência de Desenvolvimento Habitacional do Piauí – ADH/PI, na forma disposta no art. 4º do mencionado Decreto;
Art. 2º - Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se

Décio Solano Nogueira
Diretor Presidente – EMGERPI

Of. 331

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

ATOS DO EXMO. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PORTARIA GP Nº 263/2019 PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Processo nº 2018.07.2114P. Em: 14 DE fevereiro DE 2019. **CONCEDER** Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º I da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, em favor do dependente da segurada **MARIA DAS GRACAS DE SOUZA SILVA**, outrora ocupante do cargo PROFESSOR 40 HS - **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, padrão III , classe B, do quadro de pessoal dos **INATIVOS INTERIOR-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, matrícula nº. **0724483**, portador do CPF nº: **199.628.003-15**, falecida em **03/11/2018**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R$ 3219,90 (Três mil e duzentos e dezenove reais e noventa centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
VENCIMENTO .	Lei 7.081/2017 c/c Lei 6933/2016 c/c Dissídio Coletivo 2018.0001.002190-1	3.134,43
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL.	art. 127 da LC nº 71/06	85,47
TOTAL		**3.219,90**

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
FRANCISCO ANTONIO DA SILVA	21/04/1948	Cônjuge	898.711.703-00	03/02/2019	VITALÍCIO	100,00	3.219,90

Os efeitos desta Portaria retroagem a 03/01/2019.

PORTARIA GP Nº 266/2019/PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Processo nº 2018.07.2130P. Em: 14 DE Fevereiro DE 2019. **CONCEDER Benefício de PENSÃO POR MORTE, garantida a paridade, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º I da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, e art. 3º, parágrafo único, da EC 47/2005, em favor do dependente do segurado ANTONIO BATISTA DOS SANTOS, outrora ocupante do cargo OPERADOR DE MÁQUINA NÍVEL MÉDIO - DER - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, referência E , classe III , do quadro de pessoal dos INATIVOD. E.R.-PI-IAPEP, matrícula nº. 0447480, portador do CPF nº: 341.994.703-87, falecido em 08/10/2018, no que tange ao valor total do benefício, que é de R$ 4.060,84 (Quatro mil e sessenta reais e oitenta e quatro centavos), na forma discriminada abaixo:**

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
VENCIMENTO .	Lei 6.846/2016 c/c 6933/2016	3.171,71
VANTAGEM PESSOAL.	art.20 §2º da LC nº 38/04	440,94
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL.	art. 22 parágrafo único da lei nº 6.846/16 c/c LC 33/03	448,19
TOTAL		**4.060,84**

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
MARIA DAS DORES DE SOUSA SANTOS	10/09/1947	Cônjuge	207.972.493-20	08/03/2019	VITALÍCIO	100,00	4.060,84

Os efeitos desta Portaria retroagem a 08/11/2018.

PORTARIA GP Nº 273/2019/PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Processo nº 2018.07.1997P. Em: 18 DE FEVEREIRO DE 2019. **CONCEDER Benefício de PENSÃO POR MORTE, garantida a paridade, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 41/2004 e no Art. 42, §2º da CF/88 c/c art. 58, §12 da CE/1989 c/c art. 67, da Lei Estadual nº. 5.378/2004, art. 67 da Lei nº. 5.378/2004 e art. 5º da Lei 6.173/2012, em favor do dependente do segurado ANTONIO ALVES FERREIRA, outrora ocupante do cargo 2º TENENTE - RESERVA REMUNERADA "a pedido", do quadro de pessoal dos INATIVOS POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUI, matrícula nº. 0310751, portador do CPF nº: 025.536.193-91, falecido em 17/09/2018, no que tange ao valor total do benefício, que é de R$ 7.016,07 (Sete Mil e Dezesseis Reais e Sete Centavos), na forma discriminada abaixo:**

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
SUBSIDIO	Lei 7.081/2017 c/c Lei 6933/2016 c/c Lei 7.132/2018	6.099,94
VPNI - GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE POLÍCIA MILITAR	art. 55, inciso II da LC nº 5.378/04 e art. 2º, parágrafo único da lei nº 6.173/12	916,13
TOTAL		**7.016,07**

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
MARIA DALVA DE SOUSA FERREIRA	20/12/1945	Cônjuge	025.536.193-91	17/03/2019	VITALÍCIO	100,00	7.016,07

Os efeitos desta Portaria retroagem a 17/11/2018.

PORTARIA GP Nº 440/2019/PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Processos nº 2019.07.0162P, 2019.07.0164P, 2019.07.0172P. Em: 14 DE MARÇO DE 2019. **CONCEDER Benefício de PENSÃO POR MORTE, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015,combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, em favor dos dependentes do segurado JOSE ALVES MACHADO, outrora ocupante do cargo AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇO - AUX DE SERVICO, padrão E , classe III, do quadro de pessoal da UNID. OP. COMP.DE DEF. DA CID. TERESINA-SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SASC, matrícula nº. 0081485, portador do CPF nº: 241.208.553-68, falecido em 05/01/2019, no que tange ao valor total do benefício, que é de R$ 1195,95 (Um mil e cento e noventa e cinco reais e noventa e cinco centavos), na forma discriminada abaixo:**

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
VENCIMENTO .	Lei 7081/2017 c/c Lei 6931/2016	1.085,09
VANTAGEM PESSOAL.	art.20 §2º da LC nº 38/04	67,66
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL.	art. 65 da LC nº 13/94	43,20
TOTAL		**1.195,95**

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
MARIA DE FATIMA ARAUJO MACHADO	05/10/1970	Cônjuge	957.954.643-68	05/03/2019	VITALÍCIO	25,00	298,99
LILIANE ALVES DE ARAUJO MACHADO	28/08/2003	Filho (a) Menor não	082.110.993-65	05/03/2019	28/08/2024	25,00	298,99

		emanc					
LUDSON ALVES DE ARAUJO MACHADO	19/05/2006	Filho (a) Menor não emanc	060.993.583-66	05/03/2019	19/05/2027	25,00	298,99
RENIS ALVES DE ARAUJO MACHADO	01/11/2000	Filho (a) Menor não emanc	082.110.823-90	05/03/2019	01/11/2021	25,00	298,99

Os efeitos desta Portaria retroagem a 05/02/2019.

Of. 1763

ATOS DO EXMO. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PORTARIA GP Nº 803/2019 PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Processo nº 2018.07.0401P. Em: 08 DE MAIO DE 2019. **CONCEDER** Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, garantida a paridade, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º I da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, e art. 3º, parágrafo único, da EC 47/2005, em favor do dependente da segurada **MARIA DA CONCEICAO SANTANA E SILVA**, outrora ocupante do cargo **AGENTE PENITENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, 3ª classe , do quadro de pessoal dos **INATIVO-SEC DA JUSTICA E DIR.HUMANOS-IAPEP**, matrícula nº. **0302651**, portador do CPF nº: **228.087.793-72**, falecida em **18/12/2017**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R$ 5298,80 (Cinco mil e duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
SUBSIDIO .	Lei 7081/2017	5.298,80
TOTAL		**5.298,80**

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	21/01/1948	Cônjuge	097.114.813-91	18/12/2017	VITALÍCIO	100,00	5.298,80

Os efeitos desta Portaria retroagem a 18/12/2017.

PORTARIA GP Nº 806/2019 PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Processo nº 2019.07.0769P. Em: 08 DE MAIO DE 2019. **CONCEDER** Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, garantida a paridade, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 41/2004 e no(a) Art. 42, §2º da CF/88 c/c art. 58, §12 da CE/1989 c/c art. 67, da Lei Estadual nº. 5.378/2004, art. 67 da Lei nº. 5.378/2004 e art. 5º da Lei 6.173/2012, em favor do dependente do segurado **LUIZ CARLOS DE SOUSA**, outrora ocupante do cargo **2º SARGENTO**, do quadro de pessoal do **3BPM/FLORIANO-POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUI**, matrícula nº. **0145459**, portador do CPF nº: **411.640.913-87**, falecido em **02/02/2019**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R$ 4171,99 (Quatro mil e cento e setenta e um reais e noventa e nove centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
SUBSIDIO	Lei 7081/2017 c/c 6933/2016 c/c Lei 7132/2018	4.094,48
CURSO FORMACAO SARGENTO	art. 55, inciso II da LC nº 5.378/04 e art. 2º, parágrafo único da lei nº 6.173/12	77,51
TOTAL		**4.171,99**

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
MEYRINALVA MOREIRA BRITO DE SOUSA	06/09/1974	Cônjuge	002.575.223-52	02/02/2019	VITALÍCIO	100,00	4.171,99

Os efeitos desta Portaria retroagem a 02/02/2019.

PORTARIA GP Nº 807/2019/PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Processos nº 2019.07.0183P. Em: 08 DE MAIO DE 2019. **CONCEDER** Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, em favor do dependente da segurada **MARIA DOS REMÉDIOS ARAÚJO FILHA**, outrora ocupante do cargo **AUXILIAR DE ENFERMAGEM**, nível , classe **1**, do quadro de pessoal do **HOSPITAL GETÚLIO VARGAS - SECRETARIA DE SAÚDE**, matrícula nº. **1761153**, portador do CPF nº: **753.251.873-68**, falecida em **15/03/2018**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R$ 975,21 (Novecentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
VENCIMENTO .	LEI Nº 6.201/2012 C/C ART. 1º, INCISOS I E II DA LEI 6.931/2016	975,21
TOTAL		975,21

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
THOMAZ DE AQUINO PAIVA LIMA JUNIOR	03/07/2012	Filho (a) Menor não emanc	069.245.393-86	30/06/2019	03/07/2033	100,00	975,21

Os efeitos desta Portaria retroagem a 15/03/2018.

PORTARIA GP Nº 808/2019 PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Processo nº 2018.07.1554P. Em: 09 DE MAIO DE 2019. **CONCEDER** Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, garantida a paridade, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991 e Art. 40, § 5º da CF/88 redação original c/c art. 3º EC 41/2003, e art. 3º, parágrafo único, da EC 47/2005, em favor do dependente do segurado **CLAÚDIO SPINDOLA RODRIGUES**, outrora ocupante do cargo **TÉCNICO DA FAZENDA ESTADUAL - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**, classe ESPECIAL, ref. C, do quadro de pessoal do **GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ-**, matrícula nº. **00000000017220XP**, portador do CPF nº: **025.468.093-34**, falecido em **14/09/1996**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R$ 7541,71 (Sete mil e quinhentos e quarenta e um reais e setenta e um centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
VENCIMENTO .	Lei 6410/2013 c/c Lei 6933/2016	5.690,65
VPNI - GRATIFICAÇÃO DE INCREMENTO DE ARRECADAÇÃO .	art. 28 da LC nº 62/05 c/c art. 3º, II, "a" da lei nº 5.543/06 acrescentada pela lei nº 5.824/08	1.851,06
TOTAL		**7.541,71**

CÁLCULO DO DESCONTO PREVIDENCIÁRIO DA PENSÃO - Art. 40, §7º, da CF/88 com redação da EC nº 41/2003.

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEPENDÊNCIA**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**%RATEIO**	**VALOR (R$)**
FRANCISCO CARLOS LIMA RODRIGUES	11/09/1955	Filho (a) Inválido (a)	813.814.333-91	24/08/2018	VITALÍCIO	100,00	7.541,71

Os efeitos desta Portaria retroagem a 24/08/2018.

PORTARIA GP Nº811/2019 PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Processo nº 2018.07.1160P. Em: 10 DE MAIO DE 2019. **CONCEDER** Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º I da CF/88 com redação da EC nº 41/2003,em favor do (s) dependente (s) do (a) segurado **JOSE DE RIBAMAR PEREIRA**, outrora ocupante do cargo **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, nível , classe , do quadro de pessoal do **D.E.R.-PI- IAPEP - INATIVOS**, matrícula nº. **0053848**, portador do CPF nº: **068.777.293-15**, falecido em **20/05/2018**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R$ 2058,52 (Dois mil e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
VPNI - URP .	ART. 20 DA LEI Nº 6.846/16.	242,34
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL.	ART.22 DA LEI Nº 6.846/16.	197,78
PROVENTOS.	Lei Estadual n° 6.846,de 24/06/2016,Anexo II, Quadro III(DOE N° 118, de 24/06/2016),c/c Lei n° 6.931/2016.	1.618,40
TOTAL		**2.058,52**

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
MARIA DO SOCORRO RODRIGUES PEREIRA	10/05/1946	Cônjuge	879.165.173-53	20/05/2018	VITALÍCIO	100,00	2.058,52

Os efeitos desta Portaria retroagem a 20/05/2018.

PORTARIA GP Nº 812/2019 PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Processos nº 2019.07.0264P, 2019.07.0278P. Em: 10 DE MAIO DE 2019. **CONCEDER** Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991 e Art. 40, § 7º II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, em favor dos dependentes do segurado **RAIMUNDO ADAUTO BARROS**, outrora ocupante do cargo **OFICIAL DE JUSTIÇA**, nível 5A , ref. III , do quadro de pessoal do **TRIBUNAL DE JUSTICA-IAPEP-PENSIONISTAS**, matrícula nº. **3450040**, portador do CPF nº: **006.680.953-34**, falecido em **03/02/2019**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R$ 10204,49 (Dez mil e duzentos e quatro reais e quarenta e nove centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
SUBSIDIO .	Lei 7127/2018	12.075,22
TOTAL		**12.075,22**

CÁLCULO DO DESCONTO PREVIDENCIÁRIO DA PENSÃO – Art. 40, §7°, da CF/88 com redação da EC n° 41/2003.
(12.075,22 - 5839,45 * 70%) + 5839,45 = 10204,49

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEPENDÊNCIA**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**%RATEIO**	**VALOR (R$)**
MARIA ANTÔNIA DE SANTANA	02/02/1952	Cônjuge	735.649.073-00	03/02/2019	VITALÍCIO	82,00	8.367,68
BARROS							
FRANCISCA MARIA DE SOUSA.	03/05/1942	Ex-cônjuge/Ex-companheiro	394.735.703-68	03/02/2019	VITALÍCIO	18,00	1.836,81

Os efeitos desta Portaria retroagem a 03/02/2019.

Of. 1765

ATOS DO EXMO. PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA

PORTARIA GP Nº 759/2019 PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Em 29 DE ABRIL DE 2019. **RESOLVE: CONCEDER** Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º I da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, em favor do dependente da segurada **HELENA MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA**, outrora ocupante do cargo **APOSENTADORIA POR IDADE**, nível A, classe I , do quadro de pessoal do **SECRETARIA DE SAÚDE**, matrícula nº. **040700-3**, portador do CPF nº: **373.508.113-49**, falecida em **12/07/2018**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R$ 954.00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
PROVENTOS.	LC Nº 38/04,ART. 2° DA LEI N° 6.856/16, ALTERADA PELO ART.10, ANEXO IX DA LEI N° 7.081/17 C/C ART.1° DA LEI 6.933/16.	183,63
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL.	ART. 65 DA LC Nº 13/94.	11,93
COMPLEMENTO CONSTITUCIONAL	ART.7º,VII,CF/88.	758,44
TOTAL		**954,00**

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
FIRMINO FERREIRA LIMA	11/10/1928	Cônjuge	153.038.293-91	20/02/2019	VITALÍCIO	100,00	954,00

Os efeitos desta Portaria retroagem a 20/02/2019.

PORTARIA GP Nº 801/2019 PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Em, 06 DE MAIO DE 2019. **RESOLVE: CONCEDER** Benefício de **PENSÃO POR MORTE**,com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003,em favor do dependente do segurado **MARIA DO ROSÁRIO CARDOSO DA SILVA**, outrora ocupante do cargo **AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS**, nível E , classe **III**, do quadro de pessoal do **SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SASC**, matrícula nº. **068775-8**, portador do CPF nº: **096.757.103-06**, falecida em **15/01/2019**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R$ 1395,60 (Um mil e trezentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
VENCIMENTO .	LEI N° 7.081/2017 C/C LEI N° 6.933/2016 c/c cumprimento de decisão judicial.	1.163,48
VPNI -- VANTAGEM PESSOAL.	ART. 20, § 2º DA LC Nº 38/04	181,72
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL.	ART. 65 DA LC Nº 13/94	50,40
TOTAL		**1.395,60**

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
LINDOMAR JOSÉ DE SOUSA	28/09/1949	Companheiro	079.263.083-15	15/01/2019	VITALÍCIO	100,00	1.395,60

Os efeitos desta Portaria retroagem a 15/01/2019.

PORTARIA GP Nº 813 /PIAUÍ PREVIDÊNCIA. Em, 10 DE MAIO DE 2019.**RESOLVE: CONCEDER** Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, em favor do dependente do segurada **MARIA FRANCISCA DA SILVA RODRIGUES**, outrora ocupante do cargo **PROFESSOR SL - III**, nível , classe **SL**, do quadro de pessoal **da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, matrícula nº. **1051342**, portador do CPF nº: **803.250.413-34**, falecida em **06/12/2018**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R$ 3569,59 (Três mil e quinhentos e sessenta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO		
VERBAS	**FUNDAMENTAÇÃO**	**VALOR (R$)**
VENCIMENTO .	Lei Estadual n° 7.081, de 21/12/2017; c/c Lei n° 6.933/2016(1,15%) c/c Decisão Judicial(6,81%) ,retroativos a Maio/2018.	3.569,59
TOTAL		**3.569,59**

BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	**DATA NASC.**	**DEP.**	**CPF**	**DATA INÍCIO**	**DATA FIM**	**% RATEIO**	**VALOR (R$)**
MARIA RIBEIRO DA SILVA	13/08/1947	Pai (Mãe) com Dependência	024.897.813-67	20/03/2019	VITALÍCIO	100,00	3.569,59

Os efeitos desta Portaria retroagem a 20/03/2019.

Of. 1747

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO PARA INCLUSÃO
DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SEID

PORTARIA/GAB/SEID nº 09/2019 Teresina (PI), 03 de maio de 2019

O Secretario de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência – SEID, **Mauro Eduardo Cardoso e Silva**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com **Termo de Cooperação Técnica nº 002/2018**, celebrado entre a PMPI e a esta SEID, que tem como objeto a pactuação de parceria no atendimento terapêutico através da Equoterapia destinadas às pessoas com deficiência no município de Teresina,

RESOLVE:

Art. 1º. - Ficam cedidos os servidores abaixo especificados, pertencentes ao quadro desta SEID.

MATRICULA	NOME	CARGO	LOTAÇÃO
180.091-4	ROSELY ALMEIDA E ALMENDRA	EDUCADORA FISICA	EQUOTERAPIA
195.334-6	NADJIRA RIEDEL BARBOSA	TERAPEUTA OCUPACIONAL	EQUOTERAPIA
339077-2	TUNAI MENDES CAMPOS	PSICOLOGO	EQUOTERAPIA
339097-7	SOLANGE SANTOS DA PAZ	ASSISTENTE SOCIAL	EQUOTERAPIA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Cientifique-se, Publique-se e Cumpra-se

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Mauro Eduardo Cardoso e Silva
Secretário De Estado Para Inclusão
Da Pessoa Com Deficiência

Of. 113

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ – **INTERPI**

PORTARIA N° 38/2019 – DG/GAB

Teresina, 15 de maio de 2019.

O **SECRETÁRIO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO as disposições da Lei Estadual nº 3.783, de 16 de dezembro de 1980, que definiu o Instituto de Terras do Piauí – INTERPI como órgão executor da Política Fundiária do Estado do Piauí;
CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar a gestão processual desta autarquia estadual, com a averiguação da regularidade dos serviços prestados bem como o estabelecimento de procedimentos uniformes e a padronizados de práticas e rotinas cartorárias;

RESOLVE:

Art. 1º. Realizar Correição Extraordinária no Instituto de Terras do Piauí – INTERPI no período de 20 de maio de 2019 a 07 de junho de 2019.
Art. 2º. Determinar o sobrestamento de todos os processos em trâmite nas diretorias do INTERPI para localização, cadastramento, inspeção e saneamento dos procedimentos.
Art. 3º. O sobrestamento ora efetivado não impede a determinação e realização de atos de urgência em processos administrativos ou vinculados a processos judiciais.

FRANCISCO LUCAS COSTA VELOSO
Secretário de Regularização Fundiária
Diretor Geral – INTERPI

Of. 197

PORTARIA N° 39/2019 – DG/GAB

Teresina, 16 de maio de 2019.

O **SECRETÁRIO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Art. 1° constituir Comissão Especial do Sistema Eletrônica de Informação - CESEI, com a finalidade de implantar o sistema e colaborar com a rede de instituições públicas participantes do PEN – Processo Eletrônico Nacional, com a seguinte composição:

Dr. Francisco Lucas Costa Veloso – Coordenador
Dra. Welrislane Lima Almeida - membro
Dra. Jéssica Miranda da Silva - membro
Carlos Frederico Monteiro Serra – membro
José Ribamar Augusto Pereira Júnior- membro

Art.2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

FRANCISCO LUCAS COSTA VELOSO
Secretário de Regularização Fundiária
Diretor Geral – INTERPI

Of. 199

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA

PORTARIA MDER/GAB. Nº 038

TERESINA(PI), 15 DE MAIO DE 2019

O DIRETOR GERAL DA MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA-MDER, no uso de suas atribuições legais:
CONSIDERANDO, que cabe Administração Pública, nos termos do disposto nos artigos 58 - inciso III e 67 da Lei nº. 8.666/93, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos celebrados através de um representante da Administração;
CONSIDERANDO que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos celebrados pela entidade.
CONSIDERANDO que as principais atribuições dos Fiscais Contratuais são:
I - Zelar pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados;
II- Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou prestação de serviços (bem como seus preços e quantitativos) está sendo cumprida de acordo com o instrumento contratual e instrumento convocatório;
III- Acompanhar, fiscalizar e atestar as aquisições, a execução dos serviços e obras contratadas;

RESOLVE:

1. Designar a servidora **ANA ZÉLIA BORGES VENTURA RIBEIRO**, Matrícula n° 208967-7, CPF nº 240.859.103-10, como fiscal titular dos seguintes contratos:
Contrato nº 40/19, firmado com a empresa SERVFAZ SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA
Contrato nº 41/19, firmado com a empresa SELETIV SELEÇÃO E AGENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA EIRELE
Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Publique-se, Cumpra-se.

FRANCISCO DE MACÊDO NETO
Diretor Geral da MDER

Of. 532

EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO PIAUÍ – EMGERPI

PORTARIA Nº 86/2019 – GAB/PRE

Teresina, 14 de maio de 2019.

Assunto: **Cessão de empregado (a).**

O DIRETOR PRESIDENTE da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A – EMGERPI, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 16, incisos "g, h/i" e as Atas do Conselho de Administração, de 23 de outubro de 2012, de 22 de janeiro de 2016 e de 11 de abril de 2018, as quais estão devidamente registradas e arquivadas na Junta Comercial do Piauí – JUCEPI e, ainda, em conformidade com o Decreto Nº 18.109, de 07 de fevereiro de 2019, publicado no DOE/PI Nº 029, de 11/02/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder o empregado **FRANCISCO CARLOS BARBOSA SILVA,** matrícula nº 130.994-3, por prazo indeterminado, para o Instituto de Desenvolvimento do Piauí – IDEPI, na forma disposta no art. 4º do mencionado Decreto;
Art. 2º - Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se

Décio Solano Nogueira
Diretor Presidente – EMGERPI

Of. 317

PORTARIA Nº 87/2019 – GAB/PRE

Teresina, 15 de maio de 2019.

Assunto: **Cessão de empregado (a).**

O DIRETOR PRESIDENTE da Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S/A – EMGERPI, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 16, incisos "g, h/i" e as Atas do Conselho de Administração, de 23 de outubro de 2012, de 22 de janeiro de 2016 e de 11 de abril de 2018, as quais estão devidamente registradas e arquivadas na Junta Comercial do Piauí – JUCEPI e, ainda, em conformidade com o Decreto Nº 18.109, de 07 de fevereiro de 2019, publicado no DOE/PI Nº 029, de 11/02/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder o empregado **FERNANDO JOSÉ CARDOSO,** matrícula nº 008721-1, por prazo indeterminado, para o Escritório Regional da EMATER, da cidade de Castelo do Piauí, na forma disposta no art. 4º do mencionado Decreto;
Art. 2º - Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se

Décio Solano Nogueira
Diretor Presidente – EMGERPI

Of. 324

Portaria Nº 088/2019 – GAB/PRE

Teresina, 16 de fevereiro de 2019.

Assunto: exoneração de cargo em comissão da EMGERPI.

O DIRETOR PRESIDENTE da Empresa de Gestão de Recursos de Estado do Piauí S.A. - EMGERPI, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 16, incisos "g/i" e as Atas do Conselho de Administração, de 23 de outubro de 2012, 06 de janeiro de 2015, 22 de janeiro de 2016 e de 11 de abril de 2018, as quais estão devidamente registradas e arquivadas na Junta Comercial do Piauí – JUCEPI,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Senhora **ANA CLEIDE BORGES SARAIVA,** do Cargo em Comissão de Gerente de Controle e Avaliação de Processos, a partir de 30 de abril de 2019, em conformidade com a Estrutura Organizacional, aprovada em Assembléia Geral Extraordinária, no dia 22 de janeiro de 2016.
Art.2º Dê-se ciência, cumpra-se, publique-se.

Décio Solano Nogueira
Diretor - Presidente da EMGERPI

Of. 325

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N°.12.000-0148/GS/2019

Teresina, 15 de maio de 2019.

Autoriza o retorno às atividades funcionais de servidor, após licença para tratar de interesses particulares, nos termos do Decreto nº 15.251, de 02.07.2013.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 109, I, da Constituição Estadual; e
CONSIDERANDO teor dos autos do Processo nº AA.027.1.000695/19-40, tendo como interessado o servidor José Alberto Alves Moreira, Perito Médico Legal de 3ª Classe,

RESOLVE:

1) Autorizar o retorno do servidor **JOSÉ ALBERTO ALVES MOREIRA**, Perito Médico Legal de 3ª Classe, Matrícula nº 271.225-3, às atividades funcionais do cargo de Perito Médico Legal de 3ª Classe, após licença para tratar de interesses particulares, concedida na forma do art.4º do Decreto 15.251, de 02.07.2013.
2) Após a publicação no Diário Oficial do Estado, sejam os autos do Processo nº AA.027.1.000695/19-40, encaminhados ao Delegado Geral da Polícia Civil, para fins de lotação do peticionário;
3) Encaminhe-se esta Portaria, instruída com cópia do referido Processo, à Gerência de Gestão de Pessoas desta Secretaria para registro e adoção das providências cabíveis.

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se, na forma de Lei.

Fábio Abreu Costa
Secretário Estadual de Segurança Pública

Of. 664

Portaria nº 12.000 - 149 /GS/2019

Teresina (PI), 15 de Maio de 2019.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109 da Constituição do Estado do Piauí,

RESOLVE:

Designar a servidora **SOLANGE MARCIA SANTOS DA SILVA, Assessor Técnico II**, CPF nº 845.201.323-04, como **Tomadora de Suprimento de Fundos** da Secretaria de Segurança do Estado do Piauí, em conformidade com o art. 5º, § 2º do Decreto Estadual nº 16.226, c/c os arts. 61 e 68 da Lei Estadual nº 4.320/64, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE. CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, EM TERESINA-PI, 15 DE MAIO DE 2019.

Fábio Abreu Costa
Secretário de Segurança Pública do Estado do Piauí

Of. 668

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
GABINETE DO PROCURADOR GERAL

PORTARIA Nº 102, DE 03 DE MAIO DE 2019.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 6º, XIV, da Lei Complementar nº 56, de 1º de novembro de 2005, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 31 da Lei Complementar nº 56, de 2005, segundo o qual "*os Procuradores do Estado serão lotados nas unidades administrativas da Procuradoria-Geral do Estado* [...]";

CONSIDERANDO, ainda, a publicação da Lei Complementar nº 241, de 22 de abril de 2019 (cf. Diário Oficial nº 74, de 22 de abril de 2019, pp. 4-6), que modificou as competências de unidades desta Procuradoria e criou novas Procuradorias Especializadas, a demandar a redefinição da lotação dos Procuradores do Estado;

RESOLVE:

Art. 1º Definir a lotação dos Procuradores do Estado, em exercício nos órgãos da Procuradoria Geral do Estado, na forma discriminada abaixo:

I – Gabinete do Procurador-Geral do Estado:
a) Plínio Clerton Filho
b) Carlos Eduardo da Silva Belfort de Carvalho;
II – Gabinete do Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos:
a) Kildere Ronne de Carvalho Souza;
III – Gabinete do Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos:
a) Fernando Eulálio Nunes;
IV – Corregedoria:
a) João Batista de Freitas Júnior;
V – Procuradoria Judicial:
a) Antônio Lincoln Andrade Nogueira
b) Caio Vinícius Sousa Souza
c) Danilo E Silva De Almendra Freitas
d) Danilo Mendes De Santana
e) Diego Amorim Neves Reis
f) Francisco Evaldo Martins Rosal Pádua
g) Francisco Jose De Sousa Viana Filho
h) Gabriel Kubrusly Gonçalves
i) Henry Marinho Nery
j) Humberto Da Costa Azevedo
k) João Eulálio De Pádua Filho
l) Jorge Lucas de Sousa Leal Lopes
m) Jonilton Santos Lemos Junior
n) Luis Fernando Ramos Ribeiro Gonçalves
o) Luiz Gonzaga Soares Viana Filho
p) Marcelo Sekeff Budaruiche Lima
q) Maurício Cezar Araújo Fortes
r) Mirna Grace Castelo Branco De Lima
s) Paulo Cesar Morais Pinheiro
t) Paulo Ferdinand Fernandes Lopes Júnior
u) Paulo Henrique Sá Costa
v) Paulo Paulwok Maia De Carvalho
w) Paulo Roberto De Sousa Cardoso
x) Paulo Victor Alves Maneco
y) Saul Emmanuel De Melo Ferreira Pinheiro Alves
z) Tarso Rodrigues Proenca
aa) Taynara Cristina Braga Castro Rosado Soares
bb) Yury Rufino Queiroz
VI – Procuradoria Tributária:
a) Kátia Maria de Moura Vasconcelos;
b) Celso Barros Coelho Neto;
c) Leonardo Barroso Coutinho;
d) Marcos Antônio Alves de Andrade;
e) Lorena Portela Teixeira Holanda;
f) Lucimeire Sousa dos Anjos;
VII – Procuradoria da Dívida Ativa:
a) Flávio Coelho de Albuquerque;
b) Paulo André Albuquerque Bezerra;
c) Fábio de Holanda Monteiro;
d) José Carlos Bastos Silva Filho;
e) Henrique José de Carvalho Nunes Filho;
f) João Marcello Madeira de Vasconcelos;
g) Cid Carlos Gonçalves Coelho;
VIII – Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente:
a) Lívio Carvalho Bonfim;
b) Gabriel Marques Oliveira;
c) Luiz Filipe de Araújo Ribeiro;
IX – Procuradoria de Fiscalização e Controle dos Atos Administrativos:
a) Raimundo Alves Ferreira Gomes Filho;
b) Augusto César de Oliveira Sinimbu;
c) Maria de Lourdes Terto Madeira;
d) Keila Martins Paz;
X – Consultoria Jurídica:
a) Florisa Daysée de Assunção Lacerda;
b) Lêda Lopes Galdino;
c) Giovanna Portela de Carvalho Brandim;
d) Ana Lina Brito Cavalcante e Meneses;
XI – Procuradoria Previdenciária:
a) Alex Galvão Silva;
b) Francisco Borges Sampaio Júnior;
c) Willian Guimarães Santos de Carvalho;
d) Luís Soares Amorim;
XII – Procuradoria de Licitações e Contratos:
a) Victor Emmanuel Cordeiro Lima;
b) Fernando do Nascimento Rocha;
c) Sâmea Beatriz Bezerra Sá;
d) Cláudia Elita Nogueira Marques Alves;
e) Daniel Félix Gomes Araújo;
XIII – Procuradoria do Estado perante os Tribunais de Contas:
a) Sérgio Sousa Silveira;
XIV – Consultorias Setoriais:
a) Álvaro Fernando da Rocha Mota;
b) Carmem Lobo Bessa;
c) Ana Cecília Elvas Bohn;

d) Leonardo Gomes Ribeiro Gonçalves;
e) Francisco Diego Moreira Batista;
f) Alberto Elias Hidd Neto;
g) Francisco Gomes Pierot Júnior;
h) Arypson Silva Leite;
i) Anderson Vieira da Costa;
XV – Procuradoria Regional de Brasília:
a) Márcia Maria Macedo Franco;
b) João Emílio Falcão Costa Neto;
c) Leomar Melo Quintanilha Júnior;
XVI – Centro de Estudos:
a) João Victor Vieira Pinheiro.
XVII – Chefe das Procuradorias Autárquicas
a) Fagner José da Silva Santos – INTERPI;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Plínio Clerton Filho
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Of. 789

PORTARIA Nº 101, DE 3 DE MAIO DE 2019.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 6º, I, da Lei Complementar nº 56, de 1º de novembro de 2005, e

CONSIDERANDO, ainda, a publicação da Lei Complementar nº 241, de 22 de abril de 2019 (cf. Diário Oficial nº 74, de 22 de abril de 2019, pp. 4-6), cujo art. 3º dispõe que "*a redistribuição de processos decorrente das alterações introduzidas pelos arts. 1º e 2º desta Lei, no âmbito interno da Procuradoria Gera' do Estado, será disciplinada por ato específico do Procurador-Geral do Estado*";

RESOLVE:

Art. 1º Os processos judiciais e administrativos da esfera de competência da Procuradoria da Dívida Ativa em trâmite na Procuradoria Tributária, mas ainda pendentes de distribuição, serão encaminhados àquela unidade, para regular distribuição pela Chefia, na forma regimental.

Parágrafo único. Os processos atualmente em curso na Procuradoria Tributária e distribuídos aos Procuradores do Estado lotados na aludida unidade serão mantidos com o mesmo responsável, ainda que sejam de competência da Procuradoria da Dívida Ativa.

Art. 2º Os processos administrativos em trâmite na Consultoria Jurídica e que se inserem na esfera de competência da Procuradoria Previdenciária serão mantidos sob a responsabilidade dos Procuradores do Estado a que foram distribuídos originariamente, a despeito da respectiva lotação.

§ 1º Elaborado o parecer ou despacho e devolvido o processo ao apoio, far-se-á redistribuição entre as unidades, incumbindo ao Chefe da Procuradoria Previdenciária a análise prevista no art. 78 do Regimento Interno da PGE-PI.

§ 2º Os processos recebidos com parecer pelo apoio e submetidos à titular da Chefia da Consultoria Jurídica ou à Chefia Adjunta, pendentes de remessa ao Gabinete do Procurador-Geral, não serão redistribuídos à Procuradoria Previdenciária.

Art. 3º Os processos administrativos encaminhados à Procuradoria Geral do Estado para o exercício de controle finalístico, com base no art. 152, § 1º, da Constituição Estadual de 1989 e nos arts. 2º, XVIII, e 15, IV, da Lei Complementar nº 56, de 1º de novembro de 2005, serão distribuídos à Procuradoria de Fiscalização e Controle dos Atos Administrativos, ressalvados os casos referentes a licitações e contratos administrativos, patrimônio imobiliário e ambiental e direito tributário, os quais remanescerão sob a competência das respectivas Procuradorias Especializadas.

Art. 4º Os processos judiciais e administrativos em trâmite na Procuradoria de Fiscalização e Controle dos Atos Administrativos serão inventariados pela Chefia, com o auxílio dos servidores do apoio da unidade, para análise e deliberação do Gabinete sobre a redistribuição para os órgãos que absorveram parte de sua competência.

§ 1º Concluído o inventário, incumbe à Chefia da unidade apresentar relatório discriminando o quantitativo de processos, por tipo e fase em que se encontram, ao Procurador-Geral do Estado, ficando desde já autorizado o encaminhamento dos processos administrativos, não abrangidos pelo parágrafo seguinte, à Controladoria Geral do Estado do Piauí.

§ 2º Havendo processo administrativo instaurado por Procurador do Estado e com prazo em curso para a prática de ato específico, não haverá redistribuição a unidade diversa, mesmo com a alteração de competência.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Plínio Clerton Filho
PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Of. 907

O CONSELHO SUPERIOR DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e regimentais (art. 10, I e IX, da Lei Complementar nº 56/2005; arts. 15, I e IX, 84 e 95 do Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado – Resolução CSPGE nº 001, de 31.10.2014, publicada no D.O.E. nº 209, de 3 de novembro de 2014), resolve tornar públicos os seguintes enunciados de **SÚMULAS**:

Considerando que o novo CPC trouxe novos institutos processuais, dentre os quais se destaca a **usucapião extrajudicial**;

Considerando ainda o entendimento sumulado que dispensa a atuação da Procuradoria do Estado em lides que versam sobre a propriedade do imóvel, discussão mais profunda do que a simples posse de área entre particulares;

Considerando, por fim, a necessidade de adequação da atuação processual à jurisprudência dos Tribunais Superiores, otimizando a administração dos processos na PGE/PI, o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado altera os seguintes enunciados:

SÚMULA PGE/PI Nº 5: *Fica dispensada a apresentação de defesa ou recurso em ação de usucapião urbano, quando o Estado do Piauí não for proprietário de imóvel limítrofe ao lote disputado*. (Publicada no DOE nº 66, de 09.04.2012, p. 13)

Nova redação:

SÚMULA PGE/PI Nº 5: *Fica dispensada **manifestação de interesse em ação judicial ou procedimento extrajudicial** de usucapião urbano, quando o Estado do Piauí não for proprietário de imóvel limítrofe ao lote disputado*.

SÚMULA PGE/PI Nº 6: *Fica dispensada a apresentação de defesa ou recurso em ação de usucapião cujo objeto seja a pequena propriedade rural assim definida em lei, desde que esta seja devidamente registrada em nome de pessoa natural, quando o Estado do Piauí não for proprietário de gleba limítrofe*. (Publicada no DOE nº 66, de 09.04.2012, p. 13)

Nova redação:

SÚMULA PGE/PI Nº 6: *Fica dispensada manifestação de interesse em ação judicial **ou procedimento extrajudicial** de usucapião cujo objeto seja a pequena propriedade rural assim definida em lei, desde que devidamente registrada em nome de **particular**, quando o Estado do Piauí não for proprietário de gleba limítrofe*.

NOVAS SÚMULAS:

SÚMULA PGE/PI Nº 40: "Fica dispensada manifestação de interesse em ações possessórias urbanas que versem sobre áreas devidamente registradas em nome de particular, quando o Estado do Piauí não for proprietário de imóvel limítrofe ao lote disputado".

SÚMULA PGE/PI Nº 41: "Fica dispensada manifestação de interesse em ações possessórias cujo objeto seja a pequena propriedade rural assim definida em lei, desde que devidamente registrada em nome de particular, quando o Estado do Piauí não for proprietário de imóvel limítrofe ao lote disputado".

Teresina, 14 de maio de 2019.

LUAN MAGALHÃES DANTAS
Secretário do C.S.P.G.E.

Of. 908

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCI CIVIL
GABINETE DO DELEGADO GERAL

PORTARIA Nº 278-GDG/2019

O Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar no. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa nº 020/GDG/2019, que inseriu o D.O.E - DIVISÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS como órgão integrante do GRECO;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor BENEDITO FELIX DE AGUIAR, Agente de Polícia Civil, Matrícula nº 108.471-2, em Teresina-PI, junto ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado - GRECO, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 22 de Abril de 2019.

Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 280-GDG/2019

O Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar no. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa nº 020/GDG/2019, que inseriu o D.O.E - DIVISÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS como órgão integrante do GRECO;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor KELSON LEMOS SILVA, Agente de Polícia Civil, Matrícula nº 299.141-1, junto ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado - GRECO, em Teresina-PI, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 22 de Abril de 2019.

Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 281-GDG/2019

O Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar no. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa nº 020/GDG/2019, que inseriu o D.O.E - DIVISÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS como órgão integrante do GRECO;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor MACIEL VAGNER ALVES BATISTA, Agente de Polícia Civil, Matrícula nº 311.269-1, junto ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado - GRECO, em Teresina-PI, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 22 de Abril de 2019.

Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 282-GDG/2019

O Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar no. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa nº 020/GDG/2019, que inseriu o D.O.E - DIVISÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS como órgão integrante do GRECO;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor MAYCON PÉRICLES DO REGO DANTAS, Agente de Polícia Civil, Matrícula nº 230.710-3, junto ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado - GRECO, em Teresina-PI, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 22 de Abril de 2019.

Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 283-GDG/2019

O Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar no. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa nº 020/GDG/2019, que inseriu o D.O.E - DIVISÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS como órgão integrante do GRECO;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor MARCELO SOARES DA COSTA, Agente de Polícia Civil, Matrícula nº 311.281-X, junto ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado - GRECO, em Teresina-PI, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 22 de Abril de 2019.

Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 284-GDG/2019

O Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar no. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa nº 020/GDG/2019, que inseriu o D.O.E - DIVISÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS como órgão integrante do GRECO;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor LUCÍDIO FERREIRA DE SOUSA BRITO, Agente de Polícia Civil, Matrícula nº 108.542-5, junto ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado - GRECO, em Teresina-PI, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 22 de Abril de 2019.

Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 285-GDG/2019

O Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar no. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa nº 020/GDG/2019, que inseriu o D.O.E - DIVISÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS como órgão integrante do GRECO;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor WIDEGLAN JOSÉ DA COSTA, Agente de Polícia Civil, Matrícula nº 108.554-9, junto ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado - GRECO, em Teresina-PI, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 22 de Abril de 2019.

Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 286-GDG/2019

O Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar no. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e, ainda,

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade do serviço público, bem como a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO a Portaria Normativa nº 020/GDG/2019, que inseriu o D.O.E - DIVISÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS como órgão integrante do GRECO;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor JULIO CESAR RIBEIRO DE CASTRO, Delegado de Polícia Civil, Matrícula nº 315.667-2, junto ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado - GRECO, em Teresina-PI, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 22 de Abril de 2019.

Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 321 - GDG/2019

O Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar no. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e

CONSIDERANDO a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no Art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO a criação da Unidade Gestora-UG nº 12.102-Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí;

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidor JUCIÊR ALYSON ALVES DOS SANTOS, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº 245972-8, como Tomador de Suprimento de Fundos da UG nº 120.102-Delegacia Geral de Polícia Civil, em conformidade com o art. 5º, § 2º do Decreto Estadual nº 16.226/2015, c/c os arts. 61 e 68 da Lei Federal nº 4.320/64, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 10 de MAIO de 2019.

Del. LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 322-GDG/2019

O Del.LUCCY KEIKO LEAL PARAIBA- DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar no. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor HUMBERTO DA SILVA BARROS, Agente de Polícia de 1ª Classe, matrícula n° 009875-2, oriundo da Delegacia de Monsenhor Gil, no DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HOMICÍDIOS E PROTEÇÃO A PESSOA - DHPP(DELEGACIA DE HOMICÍDIOS), em Teresina/PI, onde deverá exercer suas funções, em regime de plantão, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 13 de maio de 2019.

Luccy Keiko Leal Paraiba
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

Of. 1097

ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
GABINETE DO COMANDO GERAL

PORTARIA Nº 177, DE 07 DE MAIO DE 2019.

Dispensa Oficial da função de Tomador de Suprimento de Fundos do 8º Batalhão Policial Militar (8º BPM).

O **COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 109, II, da Constituição do Estado do Piauí e o art. 4º da Lei Estadual nº 3.529/77, de 20.10.1977 c/c o nº 1, da letra "b", do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981,

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício nº 659/AJD/8º BPM, do Comandante do 8º BPM,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar da função de Tomador de Suprimentos de Fundos do 8º Batalhão Policial Militar **(8º BPM)** o 1º Tenente QEOPM FRANCISCO MARQUES DA SILVA, RGPM 101346483-7.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LINDOMAR CASTILHO MELO - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

PORTARIA Nº 178, DE 07 DE MAIO DE 2019.

Designa Oficial para a função de Tomador de Suprimento de Fundos do 8º Batalhão Policial Militar (8º BPM).

O **COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ**, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 109, II, da Constituição do Estado do Piauí e o art. 4º da Lei Estadual nº 3.529/77, de 20.10.1977 c/c o nº 1, da letra "b", do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981,

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício nº 659/AJD/8º BPM, do Comandante do 8º BPM,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para a função de Tomador de Suprimentos de Fundos do 8º Batalhão Policial Militar **(8º BPM)** o Capitão QEOPM EDMAR PEREIRA DE SOUSA, RGPM 10.7234-85.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LINDOMAR CASTILHO MELO - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

PORTARIA Nº 180, DE 14 DE MAIO DE 2019.

Designa Gestor, Fiscal e Suplente para o Contrato Administrativo nº 028/2019-CPL/PMPI, vigente no âmbito da Polícia Militar do Piauí e os orienta sobre o correto acompanhamento do mesmo.

O **COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º e o inciso II do Art. 6º da Lei nº 3.529/77 (LOB), com o objetivo de dar cumprimento ao imperativo legal dos artigos 58, inciso III, c/c o 67 da Lei nº 8.666/93, bem como do Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013;

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública, especialmente designado, por força dos artigos 58, inciso III, c/c o 67, da Lei nº. 8.666/1993, bem como da Instrução Normativa CGE nº 01/2012, de 03 de março de 2012, e art. 2º, inciso VII, da Instrução Normativa Conjunta SEAD/CGE nº 01/2015, de 20 de maio de 2015;

CONSIDERANDO, ainda, a solicitação contida no Ofício nº 161/2019/CPL/PMPI, de 09.05.19,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instituição de representantes da Administração, denominados de fiscais de contrato, para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, devendo informar ao Diretor de Administração e Finanças (DAF) sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pela contratada, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados, nos termos do Decreto Estadual nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013.

Parágrafo único: Antes de efetivar o atesto nas notas fiscais ou faturas, os fiscais de contrato devem proceder à efetiva fiscalização contratual, anotando em registro próprio todas as ocorrências realizadas com a execução do contrato, bem como verificar o cumprimento deste por parte do contratado, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 15.093/13, de 21 de fevereiro de 2013.

Art. 2º - Designar o Tenente Coronel QOPM **MARCOS ROGÉRIO** DE SOUSA, Matrícula 15251-0, o Capitão RR QEOPM ANTÔNIO DE **SENA** SILVA, Matrícula 11587-8, e o 2º Sargento PM FRANCISCO JOSÉ DA **ROCHA**, Matrícula 10.10333-92, para atuarem como gestor, fiscal e suplente, respectivamente, do **CONTRATO Nº 028/2019 - CPL/PMPI**, celebrado entre o Estado do Piauí, através da **POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ** e a empresa **JL SOARES DA SILVA-EIRELI**, **CNPJ N° 21.600.719/0001-33,** que tem como objeto a aquisição de pneus e câmaras de ar, para viaturas da PMPI, referente ao Processo AA.028.1.002298/19-17 PMPI.

Art. 3º Cientificar que responderá solidariamente, perante aos órgãos competentes, o fiscal que atestar o recebimento de bens ou serviços em desacordo com especificado no contrato.

Art. 4º Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LINDOMAR CASTILHO MELO - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

PORTARIA Nº 181, DE 14 DE MAIO DE 2019.

Dispensa Oficial da função de Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação da Diretoria de Telemática (DITEL).

O **COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 3.529, de 20.10.1977 c/c o nº 1, da letra "b", do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981;

CONSIDERANDO o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, e

CONSIDERANDO o Anexo X da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12, e pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016,

CONSIDERANDO a solicitação constante no Ofício nº 040/2019/DITEL, do Diretor da DITEL,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar da função de Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação da Diretoria de Telemática **(DITEL)** o Major QOPM RAIMUNDO GONÇALVES **CARDOSO** JÚNIOR, RGPM 10.12138-98.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LINDOMAR CASTILHO MELO - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

PORTARIA Nº 182, DE 14 DE MAIO DE 2019.

Designa Oficial para a função de Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação da Diretoria de Telemática (DITEL).

O **COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 3.529, de 20.10.1977 c/c o nº 1, da letra "b", do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981;

CONSIDERANDO o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, e

CONSIDERANDO o Anexo X da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12, e pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016,

CONSIDERANDO a solicitação constante no Ofício nº 040/2019/DITEL, do Diretor da DITEL,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para a função de Chefe da Divisão de Tecnologia da Informação da Diretoria de Telemática **(DITEL)** o Capitão QOPM MARCELLO **ANDERSON** MELO BUONAFINA, RGPM 101081744-1.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LINDOMAR CASTILHO MELO - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

Of. 055

PIAUÍ FOMENTO
Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S/A

PORTARIA DIREX nº 007/2019

Teresina, 13 de maio de 2019.

Designa fiscal do contrato administrativo vigente no âmbito da Piauí Fomento e o orienta sobre o correto acompanhamento desse contrato

A Diretoria Executiva da **AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. – PIAUÍ FOMENTO**, no uso das suas atribuições conferidas pelo art. 35, XIV, do Estatuto Social,

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes, de acordo com suas cláusulas e normas da Lei nº 13.303/16 e Lei nº 8.666/93 no que couber;

CONSIDERANDO que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Piauí Fomento, especialmente designado, por força do art. 87 da Lei 13.303/16;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor abaixo relacionado, para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato em execução no âmbito desta Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A. – Piauí Fomento, que deverá observar o estatuído na Lei nº 13.303/16 e Lei 8.666/93 e os Decretos Estaduais nº 14.483, de 26 de maio de 2011 e o nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013:

I - **Temístocles Batista de Oliveira**, CPF 047.488.673-53, matrícula nº 008, Contrato nº 002/2019, Empresa Contratada: BRUNA KAROLINY FERREIRA AMORIM DE BRITO EPP.

Art. 2º - Cientificar que responderá solidariamente, perante aos órgãos competentes, os fiscais que atestarem o recebimento de bens ou serviços em desacordo com o especificado no contrato.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Antonio Cezar Cruz Fortes
DIRETOR PRESIDENTE

Luiz Carlos Everton de Farias
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Ticiana da Silva Lima
DIRETORA DE OPERAÇÕES

Of. 034

LICITAÇÕES E CONTRATOS

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS – **DER**

EXTRATO DO SEXTO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO PJU/020/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº0308/18
OBJETO: a prorrogação do prazo de execução por mais 120 (cento e vinte) dias, pertinente à Execução dos Serviços de Melhoramento da Implantação e Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), da Rodovia PI – 116, trecho: Estaca 00 (Parnaíba – PI)/Estaca 114 + 4,93 (Avenida Beira Mar – Pedra do Sal), com 2,28 km de extensão.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2019.
DATA DO ADITIVO: 30 de abril de 2019.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte: Cód. 00 – Recursos Ordinários, 16 – Op. de Crédito Internos e 17 – Op. de Crédito Externa; Projeto/Atividade: Cód. 46201.26782201.066 – Restauração, Pavimentação, Implantação de Rodovias e Mobilidade Urbana; Natureza da Despesa: Cód. 4.4.90.51 – Obras e Instalações e 4.4.90.92 – Despesas de Exercícios Anteriores.
CONTRATANTE: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS/DER/PI. CNPJ: 06.535.751/0001-99.
CONTRATADA: VIATEC - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ: 63.508.568/0001-38.
ASSINATURAS: Engº. José Dias de Castro Neto (Diretor Geral do DER/PI) e Edgar Carneiro Machado (Representante Legal/Viatec – Projetos e Construções Ltda).

Engº. José Dias de Castro Neto
Diretor Geral do DER/PI

Of. 043

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2019

O Diretor Geral do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PIAUÍ - DER/PI, torna público, para conhecimento dos interessados e para que surta os feitos legais pertinentes que homologou e adjudicou o certame licitatório referenciado, em que foi considerada vencedora a proposta de preço apresentada pela empresa PAULO LOPES SERVIÇOS DA CONSTRUÇÃO EIRELI, no valor R$ 1.937.121,84 (um milhão, novecentos e trinta e sete mil, cento e vinte e um reais e oitenta e quatro centavos), tudo conforme Relatório Final da COPEL e Termo de Homologação constante do Processo Administrativo Nº 0281/2019.

Teresina (PI), 17 de maio de 2019.

Engº José Dias de Castro Neto
Diretor Geral - DER/PI

Of. 296

PIAUÍ FOMENTO
Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S/A

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2016

PROCESSO nº: 010/2016.
CONTRATO: 001/2016.
OBJETO: O presente Termo aditivo tem por escopo prorrogar o contrato nº 001/2016 e incorporar o 4º termo aditivo contratual ao contrato 001/2016.
CONTRATANTE: Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A – PIAUÍ FOMENTO.
CONTRATADO: MUTUAL SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO: 10.659.927/0001-91
RECURSO: Recursos próprios.
DATA DA ASSINATURA: 13 de maio de 2019.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste TERMO ADITIVO é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite legal.
FUNDAMENTAÇÃO: parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93 e a Lei 13.303/16.
OUTRAS INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação - PIAUÍ FOMENTO.

Teresina-PI, 13 de maio de 2019.

Publique-se.

Antonio Cezar Cruz Fortes
DIRETOR PRESIDENTE

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 002/2019

PROCESSO nº: 008/2019.
CONTRATO: 002/2019.
OBJETO: Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa para prestação de serviço de reboque, guincho, guarda e depósito dos veículos automotores apreendidos e/ou recuperados, de propriedade do CONTRATANTE, em razão de medida judicial ou extrajudicial, que decorreram do ato de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais.
CONTRATANTE: Agência de Fomento e Desenvolvimento do Estado do Piauí S.A – PIAUÍ FOMENTO.
CONTRATADO: BRUNA KAROLINY FERREIRA AMORIM DE BRITO EPP
CNPJ DO CONTRATADO: 19.939.653/0001-69
RECURSO: Recursos próprios.
VALOR: Variável.
DATA DA ASSINATURA: 08 de maio de 2019.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura de presente instrumento podendo ser prorrogado por igual período, a critério da contratante até o limite de 05 (cinco) anos e até o limite para o Processo de Dispensa de Licitação em razão do valor.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei 13.303/16.
OUTRAS INFORMAÇÕES: Comissão Permanente de Licitação - PIAUÍ FOMENTO.

Teresina-PI, 08 de maio de 2019.

Publique-se.

Antonio Cezar Cruz Fortes
DIRETOR PRESIDENTE

Of. 034

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA – SEADPREV

EXTRATO ATO ADMINISTRATIVO

ATO: ADITIVO ATA SRP
MOTIVO: PRORROGAÇÃO EFEITOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS PREGÕES
Fundamento Legal: Art. 11, caput do Decreto Estadual nº 11.319, de 13/02/2004
Prazo de Validade: 12 (doze) meses, contados da publicação.

DOE	DATA		EXTRATO	OBJETO	PREGÃO
	PUBLICAÇÃO	VIGÊNCIA			
94	21/05/2018	20/05/2019	V/2018 - CPL/SESAPI	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PERTENCENTES AO COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CEAF ELENCO ESTADUAL DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS PACIENTES ASSISTIDOS PELAS FARMÁCIAS DE MEDICAMENTOS ESPECIALIZADOS EM TODO O PIAUÍ.	Pregão Eletrônico nº 12/2018 - SESAPI

1) Fica prorrogado, por mais 12 meses, os procedimentos constantes do quadro acima, com fundamento legal na Lei 6.301/2013 e no Decreto 11.319/04, passando a vigorar por mais um ano, ou até que seja publicado extrato de novo pregão com o mesmo objeto.

2) Itens prorrogados e Saldo Remanescente:

LOTES	QUANTITATIVO REGISTRADO NA ARP	SALDO REMANESCENTE
3	190	59
5	190	148
7	2.280	1.819
9	55.473	55.295
11	83.312	64.596
13	47.500	47.500
15	17.693	17.173
17	57.000	56.820
19	5.290	5.290
21	19.000	19.000
23	285	27
27	9.500	8.870
28	500	440
31	3.000	1.958
32	1.140	895

Álina Célia Santos Menezes Santiago
Superintendente de Licitações e Contratos
SLC/SEADPREV/PI

José Ricardo Pontes Borges
Secretário de Administração e Previdência - SEADPREV

Of. 401

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
Ato Administrativo

Termo Aditivo Nº 002/2019/DPE/PI
Processo Administrativo nº 0863/2019/DPE/PI
Contrato nº 047/2018, ref. ao Pregão Presencial 001/2018/DPE/PI,
CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
CNPJ DA DPE: 41.263.856/0001-37
CONTRATADA: PERFECT CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 04.074.584/0001-09
Objeto: renovação pelo período de 06(seis) meses e supressão de 48% (quarenta e oito inteiros por cento) do Contrato nº 047/2018**.**
Valor mensal do contrato: R$ 80.834,00 (oitenta mil oitocentos e trinta e quatro reais)
Fonte Recursos: Fonte de Recurso (100) e Elemento de Despesa – (339037), atividade (2290).
Fundamento Legal: Lei Federal nº. 8.666/1993c/c 10.520/2002.
Data de Assinatura: 10 (dez) de maio de 2019.
Vigência: 11/05/2019 até 10/11/2019.
Signatários: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ E PERFECT CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA

Maiores informações: Coordenadoria das Licitações e Contratos da Defensoria Pública do Estado do Piauí. Endereço: Rua Nogueira Tapety, 138, B. Noivos Teresina – PI ou pelo tel. (86) 99476-5262.

Of. 054

Termo Aditivo Nº 001/2019/DPE/PI
Processo Administrativo nº 01128/2019/DPE/PI
Referente ao Contrato 052/2018.
CONTRATANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ
CNPJ: 41.263.856/0001-37
CONTRATADA: TELEMAR NORTE/LESTE S/A E OI S/A
CNPJ: 33.000.118/0001-79
Objeto: renovação pelo período de 12(doze) meses do Contrato nº 052/2018**.**
Valor estimado mensal: R$ 14.000,00 (catorze mil reais)
Fonte Recursos: Fonte de Recurso (100) e Elemento de Despesa – (339039), atividade (2290).
Fundamento Legal: Lei Federal nº. 8.666/1993, art. 25 c/c art.57.
Data de Assinatura: 15 (quinze) de maio de 2019.
Vigência: 16/05/2019 até 15/05/2020.
Signatários: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ E A TELEMAR NORTE/LESTE S/A E OI S/A.

Maiores informações: Coordenadoria das Licitações e Contratos da Defensoria Pública do Estado do Piauí. Endereço: Rua Nogueira Tapety, 138, B. Noivos Teresina – PI ou pelo tel. (86) 99476-5262.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 03631/2018 – DPE-PI
LICITAÇÃO Nº: 759856 (BANCO DO BRASIL)
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2019/DPE/PI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Conhecido o resultado do julgamento e classificação do procedimento licitatório **Pregão Eletrônico SRP nº 003/2019** que tem como objeto **Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa que deverá realizar a prestação de serviço de certificação digital para usuários e equipamentos, dentro das especificações e normas ICP-BRASIL, incluindo o fornecimento de dispositivos para armazenamento de certidões digitais do tipo/open USB, E-CPF E E-CNPJ, visando atender a Defensoria Pública do Estado do Piauí**, atendendo a sua tramitação e Legislação pertinente, **HOMOLOGO** a presente licitação.

LOTE 01

EMPRESA: DIGISEC – CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI - ME CNPJ: 18.799.897/0001-20 ENDEREÇO: AV. PIO XII, Nº 545, QUADRA 97, LOTE1/2, BAIRRO VILA AURORA OESTE, CEP: 74.425-098, GOIÂNIA/GO REPRESENTATE: JANE ANGÉLICA VIEIRA DE SOUSA TELEFONE: (62) 3541-3427				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	Valor Unitário Médio	Valor Total Médio
1	Emissão de Certificado Digital A3 – e-CPF com validade de 3 anos e dispositivo de armazenamento de certificado (token) com	250	95,15	23.787,50
2	Visitas Técnicas - Certificado Digital A3 – e-CPF	50	88,53	4.426,50
3	Emissão de Certificado Digital A3 – e-CNPJ com validade de 3 anos e dispositivo de armazenamento de certificado (token) com	03	220,66	661,98
4	Visita Técnica - Certificado Digital A3 – e-CNPJ	03	94,44	283,32
TOTAL R$: 29.159,30 (vinte e nove mil cento e cinquenta e nove reais e trinta centavos)				

Teresina/PI, 16 de maio de 2019

Erisvaldo Marques dos Reis
Defensor Público Geral

Of. 055

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC

AVISO DE RESULTADO FINAL
DO CONVITE Nº 001/2019

A Secretaria de Estado da Educação - SEDUC/PI torna público o Resultado Final do Convite nº 001/2019, Processos Administrativos nº 0020128/2019 – Reforma da Escola Agrícola do DNOCS, no município de Alvorada do Gurgueía/PI: Fonte 14. EMPRESA VENCEDORA: 01 – Rodrigues e Rodrigues Transporte de Carga e Construção Ltda por ter apresentado melhor proposta e o menor preço, tendo utilizado a sua condição de ME/EPP, conforme o item 13.6.2 do Edital, proposta no valor de R$ 182.376,20 (cento e oitenta e dois mil trezentos e setenta e seis reais e vinte centavos). INFORMAÇÕES: Vistas dos processos aos interessados, na forma do art. 109, I, "b" da Lei nº 8.666/93, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da SEDUC/PI, Centro Administrativo, Av. Pedro Freitas, s/n, blocos D e F – Térreo, nesta Capital. Fone: (86) 3216-3239/3212. E-mail: licitacao.seducpi@gmail.com.

Teresina (PI), 16 de maio de 2019.

Leovidio Bezerra Lima Neto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Of. 051

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
COMISSAO PERMANENTE DE LICITACAO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 0066.000.07577/2018-0
Ratificação /Dispensa nº 04/2019
Contratado: BANCO DO BRASIL SA.
CNPJ de nº 00.000.000/0001-91
Objeto: Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e outras avenças com o Banco do Brasil/SA.
Remuneração: Tarifa conforme tabela de serviços bancários.
Prazo de Vigência: 60 (sessenta) meses
Fundamentação Legal: art. 24, VIII, da Lei n° 8.666/93.
Fonte de Recurso: Tesouro Estadual

Teresina, 17 de maio de 2019.

Publique-se.

Rafael Tajra Fonteles
Secretário da Fazenda

Of. 004

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR
GABINETE DA SECRETÁRIA - GS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COMODATO Nº 004/2016

Nº TERMOS DE COMODATO: 004/2016
COMODANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA COMODANTE: 06.553.572/0001-84
COMODATÁRIA: Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes – COMAPI.
CNPJ DA COMODATÁRIA: 08.950.548/0001-04
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: alterar o prazo de vigência Contrato de Comodato nº 004/2013 que passa a ter seus efeitos até o dia 31/12/2021.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 05 (cinco) anos.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 30/12/2016.
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Francisco das Chagas Limma
CONVENENTE: Elísio Barbosa Coelho

Francisco das Chagas Limma
Secretário do Desenvolvimento Rural

Of. 446

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR - SAF
DIRETORIA DE INCLUSÃO PRODUTIVA - DIP
PROJETO VIVA O SEMIÁRIDO - PVSA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 004/2018 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 004/2018 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – COOTAPI.
CNPJ DA CONTRATADA: 00.426.596/0001-96
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 004/2018 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 11/05/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 10/05/2019
VALOR GLOBAL (R$): 17.526,80
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: UG.150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Hérbert Buenos Aires de Carvalho/
CONVENENTE: Maria Edinalva Costa Silva.

Hérbert Buenos Aires de Carvalho
Secretário da Agricultura Familiar

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 005/2018 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 005/2018 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – COOTAPI.
CNPJ DA CONTRATADA: 00.426.596/0001-96
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 005/2018 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 11/05/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 10/05/2019
VALOR GLOBAL (R$): 11.951,47
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: UG.150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Hérbert Buenos Aires de Carvalho/
CONVENENTE: Maria Edinalva Costa Silva.

Hérbert Buenos Aires de Carvalho
Secretário da Agricultura Familiar

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 006/2018 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 006/2018 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: Centro de Educação Ambiental e Assessoria – CEAA.
CNPJ DA CONTRATADA: 05.577.194/0001-06
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 006/2018 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 11/05/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 10/05/2019
VALOR GLOBAL (R$): 12.391,88
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: UG.150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Hérbert Buenos Aires de Carvalho/
CONVENENTE: Paula Karine dos Santos Rodrigues.

Hérbert Buenos Aires de Carvalho
Secretário da Agricultura Familiar

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 007/2018 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 007/2018 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: Centro de Educação Ambiental e Assessoria – CEAA.
CNPJ DA CONTRATADA: 05.577.194/0001-06
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 007/2018 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 11/05/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 10/05/2019
VALOR GLOBAL (R$): 10.904,60
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: UG.150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39

FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Hérbert Buenos Aires de Carvalho/
CONVENENTE: Paula Karine dos Santos Rodrigues.

Hérbert Buenos Aires de Carvalho
Secretário da Agricultura Familiar

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 008/2018 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 008/2018 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: JOÃO BATISTA SILVA BARROSO E CIA LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 008/2018 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 11/05/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 10/05/2019
VALOR GLOBAL (R$): 24.610,35
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: UG.150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Hérbert Buenos Aires de Carvalho /
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso.

Hérbert Buenos Aires de Carvalho
Secretário da Agricultura Familiar

Of. 448

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 015/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 015/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – COOTAPI.
CNPJ DA CONTRATADA: 00.426.596/0001-96
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 015/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 82.220,69
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: Maria Edinalva Costa Silva

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 016/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 016/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 016/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 22.719,21
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 017/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 017/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 017/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 34.655,64
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 018/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 018/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 018/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 9.207,60
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 019/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 019/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 019/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 58.686,08
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 020/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 020/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 020/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 17.160,51
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 021/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 021/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 021/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 29.225,14
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 022/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 022/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária –

EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 022/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 28.625,04
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 023/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 023/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 023/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 17.755,74
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 024/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 024/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 024/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 30.199,48
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 025/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 025/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 025/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 22.969,69
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 026/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 026/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: João Batista Silva Barroso e Cia LTDA – ME, Empresa de Planejamento e Assistência Técnica Agropecuária – EMPLANTA.
CNPJ DA CONTRATADA: 01.866.814/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 026/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 23.995,24
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: João Batista Silva Barroso

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 027/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 027/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – COOTAPI.
CNPJ DA CONTRATADA: 00.426.596/0001-96
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 027/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 22.481,70
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: Maria Edinalva Costa Silva

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 028/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 028/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – COOTAPI.
CNPJ DA CONTRATADA: 00.426.596/0001-96
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 028/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019.
VALOR GLOBAL (R$): 11.988,29
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: Maria Edinalva Costa Silva

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 029/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 029/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: Jeovana M de Sousa e Cia LTDA – ME, Empresa de Gerenciamento e Tecnologia Rural – ENGETER.
CNPJ DA CONTRATADA: 00.959.659/0001-70
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 029/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019
VALOR GLOBAL (R$): 22.893,33
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: Galileu Borges da Silva

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 030/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 030/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: Jeovana M de Sousa e Cia LTDA – ME, Empresa de Gerenciamento e Tecnologia Rural – ENGETER.
CNPJ DA CONTRATADA: 00.959.659/0001-70
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 030/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 28/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 28/03/2019
VALOR GLOBAL (R$): 19.575,94
UNIDADE GESTORA: UG.150.101-1297
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: PI 2283
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima
CONVENENTE: Galileu Borges da Silva

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 001/2018 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 001/2018 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: JEOVANA M DE SOUSA E CIA LTDA – ME, EMPRESA DE GERENCIAMENTO E TECNOLOGIA RURAL – ENGETER.
CNPJ DA CONTRATADA: 00.959.659/0001-70
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 001/2018 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 05/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 05/03/2019
VALOR GLOBAL: 48.310,56
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: UG.150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Galileu Borges da Silva.

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE CONTRATO Nº 002/2018 – PVSA

Nº TERMOS DE CONTRATO: 002/2018 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONTRATANTE: 06.553.572/0001-84
CONTRATADA: JEOVANA M DE SOUSA E CIA LTDA – ME, EMPRESA DE GERENCIAMENTO E TECNOLOGIA RURAL – ENGETER.
CNPJ DA CONTRATADA: 00.959.659/0001-70
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Contrato nº 002/2018 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 05/03/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 05/03/2019
VALOR GLOBAL: 21.899,82
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: UG.150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 117
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Galileu Borges da Silva.

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

Of. 449

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 002/2016 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 002/2016 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos de Queimada Nova – CAPRINOVA, Município de Queimada Nova – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 12.637.517/0001-75
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 002/2016 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 13/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 12/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 163.516,02
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima /
CONVENENTE: Natividade Vieira Rodrigues

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 003/2016 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 003/2016 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação Rural dos Irrigantes e Piscicultores do Povoado Moreira – ARIPIPOMO, Município de Dom Inocêncio – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 01.332.764/0001-47
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 003/2016 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 13/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 12/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 228.304,62
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima /
CONVENENTE: Raimundo Nonato dos Santos Silva

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretário do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 006/2016 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 006/2016 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Criadores de Ovinos e Caprinos de Betânia do Piauí – ASCOBETÂNIA, Município de Betânia do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 15.872.321/0001-53
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 006/2016 – PVSA que

passa a ter seus efeitos até o dia 11/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 11/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 1.355.458,06
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima /
CONVENENTE: Francisca Neri Bida

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 027/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 027/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alta Vista, município de Acauã – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 05.703.482/0001-60
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 027/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 227.192,12
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Raimundo Joaquim Rodrigues

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 028/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 028/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Pequenos Produtores Rurais Quilombolas de Baixão, município de Betânia do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 07.641.523/0001-66
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 028/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 292.251,39
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Maria da Cruz Andrade de Sousa

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 029/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 029/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Tabuleiro, município de Betânia do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 07.520705/0001-89
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 029/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 315.239,52
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Maria dos Humildes Coelho Rodrigues

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 030/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 030/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação da Comunidade Curimatá, município de Caldeirão Grande do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 02.037.915/0001-05
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 030/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 240.156,83
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Maria Francisca de Araújo

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 031/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 031/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Braga, município de Caldeirão Grande do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 02.221.906/0001-61
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo

de vigência dos Termos de Colaboração nº 031/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 301.994,78
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Francisca Maria Ribeiro da Silva

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 032/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 032/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Assentados da Comunidade Santo Eugênio, município de Campo Alegre do Fidalgo – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 01.825.772/0001-25
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 032/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 449.505,44
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: José Rodrigues de Sousa

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 033/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 033/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação de Pequenos Produtores de Carnaíba, município de Campo Grande do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 00.087.286/0001-94
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 033/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 230.703,61
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Raimundo Nonato de Almeida

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 034/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 034/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Angical, município de Colônia do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 01.809.406/0001-82
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 034/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 292.028,10
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Martins José de Abreu

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 035/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 035/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Piscicultores de Inhuma-Piaui, município de Inhuma – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 10.286.533/0001-35
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 035/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 149.278,79
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Antônio José de Barros Neto

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 036/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 036/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Pequenos Produtores Rurais de Mateus, município de Jacobina do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 06.104.490/0001-52

RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 036/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 171.495,22
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Edilberto da Silva Gomes

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 037/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 037/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação de Desenvolvimento Comunitário Rural de Morro de Dentro, município de Jacobina do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 02.145.086/0001-76
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 037/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 379.853,75
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Aloísio Rodrigues de Carvalho

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 038/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 038/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais do Desenvolvimento do Povoado Alegre, município de Picos – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 07.726.891/0001-07
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 038/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 68.776,69
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Maria Creusa dos Santos Sales

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 039/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 039/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Lagoa dos Porcos, município de São Braz do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 03.553.752/0001-78
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 039/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 123.162,09
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Manoel Baldoino dos Santos

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 040/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 040/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Irrigantes do Município de São Francisco do Piauí-PI, município de São Francisco do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 18.513.783/0001-72
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 040/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 593.397,55
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: João Batista Carvalho Filho

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 041/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 041/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação Comunitária da Com. Fortaleza Fazenda Frade, município de São João da Varjota – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 04.649.561/0001-77
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo

de vigência dos Termos de Colaboração nº 041/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 92.075,98
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Pedro Ferreira dos Santos

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 042/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 042/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação de Des dos P Pd Rurais do Pov L dos Torrões, município de São Raimundo Nonato – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 74.134.222/0001-33
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 042/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 184.975,36
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: José Carlos da Silva Rocha

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 043/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 043/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Pequenos Agricultores do Gerais, município de São Raimundo Nonato – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 03.319.145/0001-48
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 043/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 263.012,29
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Joel Alves de França

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 044/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 044/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Bom Sucesso do Município de Simplício Mendes, município de Simplício Mendes – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 13.034.706/0001-16
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 044/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 346.556,40
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Nei Luiz Coelho

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 045/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 045/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação de Desenvolvimento Comunitário de Jibóia e Olho D'água Velho – Vera Mendes, município de Vera Mendes – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 05.123.051/0001-24
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 045/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 204.125.52
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Francisco Manoel da Silva Junior

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 046/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 046/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação de Pequenos Produtores Rurais da Localidade Água Verde, município de Itainópolis – PI.

CNPJ DA CONVENENTE: 07.815.696/0001-53
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 046/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 231.479,97
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Juraci Francisco da Silva

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 047/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 047/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação de Desenvolvimento dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade Baixão do Moises, município de Caracol – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 02.114.479/0001-12
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 047/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 231.688,96
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Dorismar Custódio de Sousa

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 048/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 048/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Produtores Rurais do Vale do Canindé, município de Santa Rosa do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 13.612.747/0001-42
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 048/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 294.419,10
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Avani Ferreira da Silva

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 049/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 049/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Trabalhadores Rurais de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colônia do Piauí – APAE Rural, município de Colônia do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 10.478.108/0001-48
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 049/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 190.939,62
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Francisco de Aguiar de Sousa Filho

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 050/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 050/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Alto Bonito, Alagoinha e Tamboril, município de Marcolândia – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 04.352.478/0001-31
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 050/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 361.647,28
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Jonas Agnaldo de Almeida Carvalho

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 051/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 051/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação de Desenvolvimento Comunitário da Localidade Lagoa das Queimadas, município de São Braz do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 08.775.031/0001-26
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 051/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 205.704,02
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Raimundo Ferreira Damasceno

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO Nº 052/2017 – PVSA

Nº TERMOS DE COLABORAÇÃO: 052/2017 – PVSA
FUNDAMENTO LEGAL: Acordo de Empréstimo nº I788-BR, firmado entre o Governo do Estado e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA.
CONCEDENTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural – SDR.
CNPJ DA CONCEDENTE: 06.553.572/0001-84
CONVENENTE: Associação dos Produtores Rurais da Localidade Morrinhos, município de Santa Rosa do Piauí – PI.
CNPJ DA CONVENENTE: 06.135.608/0001-00
RESUMO DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogar o prazo de vigência dos Termos de Colaboração nº 052/2017 – PVSA que passa a ter seus efeitos até o dia 26/04/2020.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (um) ano.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 (um) ano.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 26/04/2019
VALOR GLOBAL (R$): 191.083,76
AÇÃO ORCAMENTÁRIA: 150.101-1297
NATUREZA DE DESPESA: 44.50.41 / 33.50.41
FONTE DE RECURSOS: 117/100
SIGNATARIOS DO TERMO ADITIVO:
CONCEDENTE: Patrícia Vasconcelos Lima/
CONVENENTE: Benedito Vieira De Moura

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária da Agricultura Familiar

Of. 480

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL
GABINETE DO SECRETÍARIO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 012/2017

Contratante: **Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural - SDR**
CNPJ 06.553.572/0001-84
Contratada**: Construtora Costa & Moura Ltda. - ME**
CNPJ 21.952.147/0001-51
Resumo do Objeto: Alteração da Fonte de Recursos
Data de Assinatura: 18/04/2019
Fonte de Recursos: De 100,117 e 120 para **100/116**
Signatário: **Patrícia Vasconcelos Lima**

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretário do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 008/2017

Contratante: **Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural - SDR**
CNPJ 06.553.572/0001-84
Contratada**: Construtora Costa & Moura Ltda. - ME**
CNPJ 21.952.147/0001-51
Resumo do Objeto: Alteração da Fonte de Recursos
Data de Assinatura: 18/04/2019
Fonte de Recursos: De Tesouro Estadual e DPL 017 para **100/116**
Signatário: **Patrícia Vasconcelos Lima**

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

Of. 451

AVISO DE CANCELAMENTO

A Secretária do Desenvolvimento Rural– SDR, **Patrícia Vasconcelos Lima**, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a Publicação da Errata ao Extrato do **Contrato nº 008/2017** da **Construtora Costa & Moura Ltda.- ME**, por motivo de erro de publicação. A matéria circulou em 30 de Novembro de 2017, no Diário Oficial do Estado - DOE PI nº 223, página 24.

Teresina, 18 de Abril de 2019

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural – SDR

AVISO DE CANCELAMENTO

A Secretária do Desenvolvimento Rural – SDR, **Patrícia Vasconcelos Lima**, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a Publicação da Errata ao Extrato do **Contrato nº 012/2017** da **Construtora Costa & Moura Ltda.- ME**, por motivo de erro de publicação. A matéria circulou em 30 de Novembro de 2017, no Diário Oficial do Estado - DOE PI nº 223, página 24.

Teresina, 18 de Abril de 2019

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural – SDR

Of. 452

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL
GABINETE DO SECRETÍARIO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02/2019 AO CONTRATO Nº 012/2017

Contratante: **Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural-SDR**
CNPJ 06.553.572/0001-84
Contratada: **Construtora COSTA & MOURA Ltda. – ME**
CNPJ 21.952.147/0001-51
Resumo do Objeto: "Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de pavimentação em paralelepípedo nos Povoados Gatinho e Lagoa do Jua no município de São Francisco de Assis".
Prazo de Vigência: 09/05/2020
Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias
Data de Assinatura do Aditivo:18/04/2019
Valor Global: R$ 400.025,55
Ação Orçamentária: 15101.2048122.1271
Natureza de Despesa: 44.90.51
Fonte de Recursos: 100, 116
Signatários do Contrato: Contratante: **Patrícia Vasconcelos Lima**
Contratada: **Marllo Anderson Costa Pereira**

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO TEXTO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2017

Retificação do Texto de Termo Aditivo ao Contrato nº **008/2017**
Contratante: **Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural -SDR**
CNPJ 06.553.572/0001-84
Contratada: **Construtora Costa & Moura Ltda. - ME**
CNPJ 21.952.147/0001-51
Extrato publicado no Diário Oficial do Estado – **DOE PI 80**, do dia **30** de **abril** de **2019**, **pag. 31**.

Onde se lê:
Extrato do Termo Aditivo nº 03/2019 ao Contrato 008/2017

Leia-se:
Extrato do Termo Aditivo nº 02/2019 ao Contrato 008/2017

Teresina, 18 de Abril de 2019

Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária do Desenvolvimento Rural
Of. 453

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - CCOM

EXTRATO DE CONTRATO DE INEXIGIBILIDADE 04/2019.

Processo Administrativo: 466/2019.
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação.
Fundamento Legal: Decreto Estadual nº 16.266/2015 e Decreto nº 16.523/16.
Contratante: Coordenadoria de Comunicação Social. CNPJ: 05.810.478/0001-09
Contratada: Ação Social Arquidiocesana- ASA. CNPJ: 06.870.091/0001-00.
Objeto do Contrato: "24ª Caminhada Da Fraternidade".
Prazo de Vigência: até a data da realização do evento.
Data da Assinatura: 12/05/2019
Natureza da Despesa:339039
Fonte de Recurso: 100
Valor Total: R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais)
Signatários: Pelo Contratante: João Rodrigues Filho - Coordenador de Comunicação Social/ Pela Contratada: PE. Antônio Soares Batista. CPF nº 064.531.503-97.

João Rodrigues Filho
Coordenador de Comunicação Social

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2019

Processo Administrativo: 428/2019-CCOM
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Fundamento Legal: Decreto nº 16.266/15, Decreto nº 16.523/16 e Decreto nº 17.197/17.
Patrocinador: Coordenadoria de Comunicação Social CNPJ:05.810.478/0001-09.
Patrocinada: Instituto Nacional De Altos Estudos – INAE / CNPJ 40.250.847/0001-49.
Objeto: XII Congresso Nacional da Associação de Médicos Espiritas do Brasil - MEDNESP
Prazo de Vigência: até a data da realização do evento.
Prazo de Execução: 09 e 10 de maio de 2019 / Setembro de 2019.
Data da Assinatura: 07 de maio de 2019.
Valor Total: R$100.000,00 (cem mil reais).
Ação Orçamentária: 2021
Natureza da Despesa: 339039
Fonte de Recurso: 100
Signatários: Pelo Patrocinador: João Rodrigues Filho-Coordenador de Comunicação Social / Pela Patrocinada **JOÃO MARCOS REIS VELLOSO** Representante legal do Instituto Nacional de Altos Estudos

João Rodrigues Filho
Coordenador de Comunicação Social

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2019

Processo Administrativo: 467/2019-CCOM
Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
Fundamento Legal: Decreto nº 16.266/15, Decreto nº 16.523/16 e Decreto nº 17.197/17.
Patrocinador: Coordenadoria de Comunicação Social CNPJ:05.810.478/0001-09.
Patrocinada: ASSOCIAÇÃO MÉDICO-ESPÍRITA DO PIAUÍ – AME-PI, CNPJ 02.476.639/0001-73.
Objeto: XII Congresso Nacional da Associação de Médicos Espiritas do Brasil - MEDNESP
Prazo de Vigência: até a data da realização do evento.
Prazo de Execução: 19 a 21 de junho de 2019.
Data da Assinatura: 15 de maio de 2019.
Valor Total: R$100.000,00 (cem mil reais).
Ação Orçamentária: 2021
Natureza da Despesa: 339039
Fonte de Recurso: 100
Signatários: Pelo Patrocinador: João Rodrigues Filho-Coordenador de Comunicação Social / Pela Patrocinada: Katia Maria Marabuco De Sousa - Presidente da Associação Médico-Espirita do Piauí – AME-PI

João Rodrigues Filho
Coordenador de Comunicação Social
Of. 105

JUCEPI | Piauí GOVERNO DO ESTADO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2019	
Nome do Contratante	**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PIAUÍ – JUCEPI**
CNPJ do Contratante	CNPJ/MF sob o nº 06.690.994/0001-00
Nome do Contratado	**BOA SAFRA TURISMO LTDA**
CNPJ do Contratado	CNPJ de nº 04.845.470/0001-07
Resumo do objeto	Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas, para membros, Conselheiros do Conselho Gestor, servidores e colaboradores eventuais por intermédio da Junta Comercial do Estado do Piauí – JUCEPI – visando à participação em seminários, congressos, reuniões, treinamentos, cursos e demais eventos de interesse da JUCEPI.
Prazo de vigência	12 (DOZE) MESES
Prazo de execução	06 DE MAIO DE 2019 ATÉ 06 DE MAIO DE 2020.
Data de assinatura do Aditivo	06 DE MAIO DE 2019.
Valor Global	R$ 50.220,00 (CINQUENTA MIL DUZENTOS E VINTE) REAIS.
Ação Orçamentária	2000
Natureza da despesa	33.90.33
Fonte de Recursos	100
Signatárias do contrato	**Pela Contratante:** MARIA ALZENIR PORTO DA COSTA **Pela Contratada**: OMAR LINS CANAVARROS JUNIOR

MARIA ALZENIR PORTO DA COSTA

PRESIDENTE - JUCEPI

Of. 294

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL - SEDEC/PI

TERMO DE CONTRATO N° 189/2019 – SEDEC/PI
PROCESSO ADMINISTRATIVO: N° 202/2019 – SEDEC/PI
PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2018 – SEDEC/PI
FUNDAMENTO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO FUNDAMENTO A LEI Nº 8.666/93, LEI Nº 10.520/02, LEI Nº 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 – SEDEC/PI, O PARECER PGE/PI Nº 2.095/2018/PLC, O DESPACHO PGE/PLC Nº 737/2018, O PARECER TÉCNICO Nº 0375/2019 – UNIGGP/SEFAZ-PI, O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº AC.002.1.002042/18-46 E SEUS ANEXOS, A PROPOSTA DA CONTRATADA, TUDO PARTE INTEGRANTE DESTE TERMO, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO.
CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA DEFESA CIVIL DO PIAUÍ – SEDEC/PI.
CONTRATADA: E RODRIGUES PRODUTOS ALIMENTÍCIOS MEE (COMERCIAL NOVA AMÉRICA) (CNPJ: 19.768.437/0001-06).
OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO E A DISTRIBUIÇÃO OS KITS DE AJUDA HUMANITÁRIA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 – SEDEC/PI, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCESSO N° 202/2019 – SEDEC/PI.
VALOR DO CONTRATO: R$ 2.999.997,00 (DOIS MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS).
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 49101; FUNÇÃO: 06; SUB-FUNÇÃO: 182; PROGRAMA: 21; ATIVIDADE-PROJETO: 1197; ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.32; FONTE DE RECURSO: 100/120.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 (DOZE) MESES.
ASSINATURA DO CONTRATO: 14 DE MAIO DE 2019.
SIGNATÁRIOS: GERALDO MAGELA BARROS AGUIAR PELA CONTRATANTE E FRANCISCO DE PAULA GONÇALVES COSTA FILHO PELA CONTRATADA.
Teresina 14 de Maio de 2019.
Publica-se.
GERALDO MAGELA BARROS AGUIAR
SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA CIVIL DO PIAUÍ

Of. 191

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA - SEINFRA

TERMO ADITIVO Nº 07 AO CONTRATO Nº 13/2017.
Processo administrativo Nº AA.013.1.000156/15-76
Nome do Contratante: Secretaria de Estado da Infraestrutura do Piauí.
CNPJ do Contratante: 06.553.531/0001-98
Nome do Contratado: HIGILAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ do Contratado: 20.480.650/001-99.
Resumo do Objeto do Aditivo: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de execução por mais 150 (cento e cinquenta) dias, expirando em 12/10/2019.
Data de Assinatura do Aditivo: 15 de maio de 2019
Signatários do contrato: Pelo Contratante: Janaínna Pinto Marques e Pela Contratada: Francisco Armando Cardoso.

Janaínna Pinto Marques
Secretaria de Estado da Infraestrutura do Piauí-SEINFRA/PI

Of. 250

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 02/2019 - REPETIÇÃO – CPL
Processo: AA.013.1.000473/18-05

A Secretaria de Estado da Infraestrutura do Piauí – SEINFRA, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que em virtude da não publicação na Imprensa Oficial - DOE, fica adiado o recebimento da "Documentação e Propostas de Preços" referentes ao Convite nº 02/2019 - Repetição – CPL, que ocorrerá as **09:00 (nove) horas do dia 29 de maio de 2019**, para contratação de empresa de especializada consultiva para a elaboração de projetos básicos e executivos destinados à restauração do antigo mercado público de Oeiras-PI, em Oeiras, neste Estado. O tipo de licitação é menor preço, regime de empreitada por preço global, valor global estimado R$ 61.030,95 (sessenta e um mil, trinta reais e noventa e cinco centavos). Todas as despesas decorrentes deste procedimento licitatório correrão as expensas do Governo do Estado do Piauí através da Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA. Órgão Orçamentário: 16; Unidade Orçamentária: 101; Programa: 01; Ação (Proj/Ativ/Op.Esp.): 2313; Função: 04; Subfunção; 122; Natureza da Despesa: 449051; Subelemento: 01; Fonte de Recursos: 0100001001. O Edital, projeto, planilha orçamentária e especificações técnicas, encontram-se à disposição dos interessados na sala da Coordenação de Licitação da SEINFRA, sito a Av. Pedro Freitas, s/nº, Centro Administrativo, Bloco "G", 1º andar, em Teresina-PI, Fone (s): (0xx86)3216.8400/8401/8402, Ramais 217 e 236, Fone: (0xx86) 3216.8403, e-mail: licitaseinfra@hotmail.com ou licitacao@seinfra.pi.gov.br, de segunda a sexta feira, das 7:30 às 13:30 horas. Publique-se.

Teresina (PI), 16 de maio de 2019.

Helder da Costa Borba
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Visto:

Janainna Pinto Marques
Secretária da Infraestrutura do Estado do Piauí

Of. 253

PREFEITURA DE PALMEIRA DO PIAUÍ

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Palmeira do Piauí/PI, **DECLARA** para que possa ser conhecido pelo público em geral e para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento e classificação das propostas referentes ao procedimento licitatório, realizado em 14/05/2019, sob a modalidade TOMADA DE PREÇOS nº 045/2019 que teve por vencedora a empresa: **VERTICEN ENGENHARIA EIRELI** que apresentou PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO, devidamente comprovado através do processo licitatório, de responsabilidade desta Comissão Permanente de Licitações que foi nomeada através da Portaria nº 003/2019, estando, pois, o respectivo procedimento, concluso, para submissão ao exercício do controle final por parte da autoridade superior.

Palmeira do Piauí-PI, 14 de maio de 2019

CLEMILDA ARAÚJO PINHEIRO
Presidente C.P.L.

JOAO PAULO PEREIRA GOMES
Membro

MARLOS MIRANDA LEMOS
Membro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

REFERENTE AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 045/2019

HOMOLOGO o resultado do procedimento licitatório nº 045/2019, na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 045/2019, realizado em 14/05/2019, para que a adjudicação nele referida produza seus jurídicos e legais efeitos.

Seja dada ciência aos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes, nos termos da discriminação abaixo:

Vencedora: **VERTICEN ENGENHARIA EIRELI**

TOTAL - R$ 462.857,37 (quatrocentos e sessenta e dois mil oitocentos e cinquenta e sete reais e trinta e sete centavos)

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE 01 (UM) ESTÁDIO DE FUTEBOL – 1ª ETAPA, NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DO PIAUÍ (PI).**

Palmeira do Piauí-PI, 14 de maio de 2019

_____
João da Cruz Rosal da Luz
Prefeito Municipal

PP. 1408

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE - PI

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 018/2019

Município de Várzea Grande, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 018/2019, a ser realizado as 08:30, do dia 03/06/2019. Valor: Menor Preço. Objeto: Contratação de empresa para a Construção de Academia de Saúde no Município de Várzea Grande. Fonte de Recurso: FPM - Receita Própria, ICMS, IPVA, Conta Movimento, Ministério da Saúde e outros. Tel: 89-99924-6109. Valor Estimado: 125.000,00. Cópia do Edital: Pode ser adquirido por qualquer empresa interessada, na sala da Comissão Permanente de Licitação, de seg. a sex. das 07:30 às 13:00h, trazer 01 pen drive para cópia.

Várzea Grande, 15 De Maio De 2019.

KALINE DANIELLE CHAVES
Presidente da CPL

PP. 1414

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS-PI
DESPACHO-CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

Em face da análise do procedimento licitatório **PREGÃO PRESENCIAL 028/2019**, processo administrativo nº 13949/2019, que tem por objeto **aquisição de carga de gás GPL envasado P-13, P-45 e vasilhame P-13,** a mim apresentado, conheço que o procedimento restou **FRACASSADO** devido ao não comparecimento de licitantes interessados. Assim, visando proteger o interesse público, **CANCELO** o presente procedimento, recomendando à Diretoria de Licitações que seja realizada nova abertura com a máxima urgência e diligência. Não há prejuízo para o ente e nem para o erário público. Não há prejuízo a interesses pessoais de terceiros. Não há e nem haverá prejuízo para o interesse público.

Picos/PI, 16 de maio de 2019.
Pe. Jose Walmir de Lima
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

4º Termo Aditivo. Carta Convite nº 001/2016. **OBJETO:** contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto executivo para a construção de 02 blocos de atacado no mercado produtor. **CONTRATANTE:** Sec. M. de Obras, Habitação e Urbanismo. **CONTRATADO:** A ALVES MONTEIRO ENGENHARIA – ME, CNPJ 23.592.474/0001-75 **F. LEGAL:** artigo 57, § 1º, Inciso VI e §2º da Lei nº 8.666/93. **VIGÊNCIA:** 180 dias**. RECURSOS:** Convênio nº 796380/2013 - CODEVASF, FPM, IPVA, ICMS, ARRECADAÇÃO e outras receitas próprias**. ASSINATURA:** 26/04/2019.

Roberth Pierson Moura e Silva
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORRENTE – PI
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CORRENTE – PI, através da **CLP,** torna público o ADIAMENTO da licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 012/2019**, do tipo **MENOR PREÇO, ADJUDICAÇÃO GLOBAL E EMPREITADA GLOBAL,** em 03/06/2019 às 09 h. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na execução de serviços de pavimentação asfáltica de vias públicas. **RECURSO**: PRÓPRIO/CONVÊNIO MINISTÉRIO DAS CIDADES (SICONV Nº 863947/2017). **VALOR ESTIMADO**: R$ 493.200,00**.** Mais informações disponíveis no Edital: Av. Manoel Lourenço Cavalcante, nº 600, Centro, Corrente - PI, fone/fax (089) 3573-1285. Email: clpcorrente2013@hotmail.com

O MUNICÍPIO DE CORRENTE – PI, através da **CLP,** torna público o ADIAMENTO da licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS nº 013/2019**, do tipo **MENOR PREÇO, ADJUDICAÇÃO GLOBAL E EMPREITADA GLOBAL,** em 04/06/2019 às 09 h. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada na execução de serviços de pavimentação asfáltica de vias públicas. **RECURSO**: PRÓPRIO/CONVÊNIO MINISTÉRIO DAS CIDADES (SICONV Nº 863908/2017). **VALOR ESTIMADO**: R$ 987.886,00**.** Mais informações disponíveis no Edital: Av. Manoel Lourenço Cavalcante, Nº 600, Centro, Corrente - PI, fone/fax (089) 3573-1285. Email: clpcorrente2013@hotmail.com

Corrente - PI, 16 de maio de 2019.

Expedito Basílio da Silva Neto
Pregoeiro/Presidente da CLP.

PP. 1416

OUTROS

SECID/2019

Piauí
GOVERNO DO ESTADO

Ofício Nº 281/2019 – GS

Teresina (PI), 15 de maio de 2019.

Ilmo. Senhor
Robert Stênio de Freitas Bandeira
Gerente Geral – Agência Setor Público - **Banco do Brasil**
NESTA

Senhor Gerente,

Informamos que a movimentação financeira das contas vinculadas à SECRETARIA DAS CIDADES – CNPJ 08.767.094/0001-30, existentes em qualquer agência do Banco do Brasil e as que venham a ser abertas, serão movimentadas conforme abaixo, sendo necessárias duas assinaturas não obrigatórias:

TITULARES	CPF	CARGO
Gustavo Henrique Mendonça Xavier de Oliveira	470.563.553-15	Secretário das Cidades
Fernando Lívio Martins Coelho	706.935.954-34	Diretor Administrativo e Financeiro
Tatiana Carneiro Morais	888.041.353-87	Assessor Técnico III
Marcio Ximenes Cavalcanti	741.496.363-20	Diretor de Unidade de Apoio à Gestão Municipal

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PODERES
10	ABIR CONTAS DE DEPÓSITOS
26	SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES
73	ASSINAR A APÓLICE DE SEGURO
98	EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
99	CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
104	EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO
105	EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO
124	SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
133	ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITOS

Obrigamo-nos a comunicar, por escrito, ao Banco do Brasil, qualquer alteração com relação às autorizações concedidas neste instrumento, isentando o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade pela ausência de sua tempestiva realização.

Atenciosamente,

Gustavo Henrique Mendonça Xavier de Oliveira
Secretário

Fernando Lívio Martins Coelho
Diretor Administrativo e Financeiro

Of. 284

EDITAL DE CITAÇÃO (NOTIFICAÇÃO) COM O PRAZO DE 15 DIAS, NA FORMA ABAIXO.

O CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 22ª REGIÃO – CORECON/PI FAZ SABER a todos os que o presente edital, com o prazo de 15 dias, virem ou dele tiverem conhecimento, que neste Conselho Regional de Economia corre seus trâmites um processo administrativo individual de cobrança de débitos em que são demandados os Economistas: ANTONIO DE JESUS SANTOS DE VASCONCELOS (CPF: 048.199.423-87), FRANCISCO CARVALHO FILHO (CPF: 128.813.172-00), HELIO DO NASCIMENTO ALMENDRA (CPF: 277.718.063-68), JOELMAR ROCHA BARROS (CPF: 102.377.121-72), JOÃO GABRIEL ALVES DA COSTA (CPF: 600.175.333-41), JOSE FERNANDO ALVES PEREIRA (CPF: 350.139.903-00), LUCIA DE FATIMA LIMA (CPF: 097.360.853-68), MAKS SARAIVA MACHADO (CPF: 018.832.483-61), MARIA CREUSA MARTINS DE CARVALHO (CPF: 097.304.003-34), MARIO PEREIRA DA SILVA (CPF: 077.585.293-72), NEMESIO GOMES NEVES NETO (CPF: 252.928.463-68), RAIMUNDO TAJRA MELO (CPF: 078.168.983-04) e SELMA MARIA DA SILVA (CPF: 910.231.493-20) conforme reza a Lei n.º 1.411/51, no art. 17 e como estejam os mesmos em lugar incerto ou não sabido ou "ausente" ou tenham "recusado", não sendo possível citá-los pessoalmente, cita-os pelo presente a comparecer neste Conselho, sediado a Rua Félix Pacheco, 1680, nesta cidade, até a data de 03 de outubro às 14:00 horas, a fim de prestar sua defesa e ser notificado dos ulteriores termos do processo, a que deverá comparecer, sob pena de revelia. Para conhecimento de todos é passado o presente edital, cuja 2ª via fica afixada no local de costume. Dado e passado nesta cidade de Teresina, Piauí, em 17 de maio de 2019. Econ. Dorgilan Rodrigues da Cruz/Presidente.

PP. 1410

CELL SITE SOLUTIONS – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A
Torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Regularização de LP e LI, para Infraestrutura de Estação Rádio Base, Situada a Rua José Caetano Alves Pereira, S/N, Quadra 05 – Lote 01, Bairro Conjunto Novo Milênio, Esperantina/PI.
Foi determinado estudo de impacto ambiental

CELL SITE SOLUTIONS – CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A
torna público que requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Regularização de LP e LI, para Infraestrutura de Estação Rádio Base, Situada a Rua Joaquim Teles de Meneses, Quadra 05 – Lote 20, Bairro Expedicionário Manoel Ramos, Esperantina/PI.
Foi determinado estudo de impacto ambiental

PP. 1411

NELSON JOÃO SCHAIKOSKI, CPF:186.365.869-68**,** torna público que requereu junto à **Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMAR/PI**, o pedido da Renovação da Licença de Operação (LO) para implantação de campo agrícola no Condominio União 2000, no município de Uruçuí-PI.

PP. 1409

LoopFood Comercio de Alimentação Superior e Hospedagem, CNPJ: 19.401.429/0001-19, torna publico que requereu a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMAR, a declaração de Baixo Impacto Ambiental (DBIA) para atividade de Pousada e Restaurante, no imóvel localizado na Rua Pedro Castro de Medeiros, 548 - Povoado de Barra Grande, Cajueiro da Praia - Piauí.

PP. 1414

CLEIDE SIQUEIRA PEREIRA, CPF 079.874.843-50 torna público que solicitou a SEMAR a expedição de Autorização e Dispensa de Outorga de uso da Água para regularização de um poço tubular na localidade Brejinho, Sub-bacia Pirangi, Aquífero Serra Grande, município de Luis Correia-PI, coordenadas: Lat. -03º29'405 e Long-41º41'257" para reservar 1,9 m³/h ano para Consumo humano.

FELIPE DE SIQUEIRA FONTENELE, CPF 375.071.503-30 torna público que solicitou a SEMAR a expedição de Autorização e Dispensa de Outorga de uso da Água para regularização de um poço tubular na localidade Lagedo, Sub-bacia Pirangi, Aquífero Serra Grande, município de Luis Correia-PI, coordenadas: Lat. -03º26'739'' e Long-41º44'248" para reservar 2,0 m³/h ano para Consumo humano.

JOÃO DO NASCIMENTO VERAS, CPF 462.652.283-15 torna público que solicitou a SEMAR a expedição de Autorização e Dispensa de Outorga de uso da Água para regularização de um poço tubular na localidade Macacos, Sub-bacia Pirangi, Aquífero Serra Grande, município de Luis Correia-Pi, coordenadas: Lat. -03º25'529'' e Long-41º41'041" para reservar 1,2 m³/h ano para Consumo humano.

RAIMUNDO OLIVEIRA BRITO, CPF 208.210.002-25 torna público que solicitou a SEMAR a expedição de Autorização e Dispensa de Outorga de uso da Água para regularização de um poço tubular na localidade Guelas, Sub-bacia Pirangi, Aquífero Serra Grande, município de Luis Correia-Pi, coordenadas: Lat -03º22'045'' e Long - 41º442'525" para reservar 2,0 m³/h ano para Consumo humano.

SEBASTIÃO ARAÚJO, CPF 016.373.923-46 torna público que solicitou a SEMAR a expedição de Autorização e Dispensa de Outorga de uso da Água para regularização de um poço tubular na localidade Pe da Serra, Sub-bacia Pirangi, Aquífero Serra Grande, município de Luis Correia-PI, coordenadas:Lat. -03º29'405'' e Long-41º41'527" para reservar 0,5 m³/h ano para Consumo humano.

PEDRO MESQUITA ALVES, CPF 184.758.763-15 torna público que solicitou a SEMAR a expedição de Autorização e Dispensa de Outorga de uso da Água para regularização de um poço tubular na localidade Piões, Sub-bacia Pirangi, Aquífero Serra Grande, município de Luís Correia-PI, coordenadas: Lat. -03º25'529'' e Long-41º41'041" para reservar 0,4 m³/h ano para Consumo humano.

PP. 1412

Prefeitura Municipal de Teresina – PMT torna público que recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Autorização e Outorga referente ao processo nº 2882/18, portaria nº 105/19, volume outorgado 3.650,00 m³/ano, para finalidade de Consumo Humano no Povoado Boa Hora – Poço 2, zona rural do Município de Teresina. Localização geográfica: 04º53'34,92"S e 42º52'26,19"W; Localização hidrográfica: Bacia - Parnaíba
Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

Prefeitura Municipal de Teresina – PMT torna público que recebeu da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAR, a Autorização e Outorga referente ao processo nº 2881/18, portaria nº 442/2018, volume outorgado 32.120,00 m³/ano, para finalidade de Consumo Humano no Povoado Santa Luz de Baixo, zona rural do Município de Teresina. Localização geográfica: 04º55'42,15"S e 42º45'30,14"W; Localização hidrográfica: Bacia - Parnaíba
Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

PP. 1413

EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
(atual denominação da Companhia Energética do Piauí - CEPISA)
Sociedade Anônima de Capital Fechado
CNPJ nº 06.840.748/0001-89 - NIRE 22.300.014.668

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 27 de maio de 2019.

Na forma do disposto na Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e no Estatuto Social da **EQUATORIAL PIAUÍ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.** (atual denominação da Companhia Energética do Piauí - CEPISA, conforme aprovado em sua assembleia geral ordinária e extraordinária, realizada em 13 de maio de 2019), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Teresina, estado do Piauí, na Avenida Maranhão, nº 759, Centro, CEP 64.001-010, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Piauí sob o NIRE 22.300.014.668, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 06.840.748/0001-89

("Companhia"), ficam convidados os senhores acionistas da Companhia a comparecer à assembleia geral extraordinária da Companhia ("Assembleia Geral Extraordinária"), a ser realizada no dia 27 de maio de 2019, às 10:30 horas, na referida sede da Companhia, para deliberação da seguinte ordem do dia: 1. autorização e aprovação para a realização da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia, no valor de R$ 620.000.000,00 (seiscentos e vinte milhões de reais), na data de emissão a ser definida na escritura de emissão ("Emissão"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada "Oferta"); e 2. autorização para a Diretoria da Companhia adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação, formalização e efetivação da Emissão e da Oferta, incluindo a contratação dos prestadores de serviço e a celebração dos documentos da Emissão e da Oferta. **Informações Gerais**: Nos termos do art. 126, da Lei das S.A, e do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia Geral Extraordinária os acionistas deverão apresentar à Companhia original e/ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: 1. documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral - RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); e 2. no caso de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração, outorgada há menos de um ano, com reconhecimento de firma do outorgante. O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral Extraordinária como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) outorgar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral Extraordinária deverá ter sido realizada há menos de um ano, nos termos do artigo 126, §1.º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no art. 654, §1.º e §2.º da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Vale mencionar que os acionistas somente poderão ser representados na Assembleia Geral Extraordinária por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no artigo 126, §1º da Lei das S.A. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, a Companhia solicita que acionistas depositem os documentos necessários para a participação na Assembleia Geral Extraordinária com 72 (setenta e duas) horas de antecedência. A cópia da documentação poderá ser encaminhada para o seguinte e-mail: ri@equatorialenergia.com.br. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da Assembleia Geral Extraordinária ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem tais documentos na abertura dos trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária. Antes de abrirem-se os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas ou os representantes dos acionistas assinarão o livro de presença de acionistas, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade, espécie e classe das ações de que forem titulares, na forma do disposto no art. 127 da Lei das S.A. Teresina/PI, 15 de maio de 2019. Firmino Ferreira Sampaio Neto Presidente do Conselho de Administração.

PP. 1417

3 - 1

INDUSTRIAS DUREINO S/A
CNPJ - 10.981.488/0001-39
NIRE - 22 3 0000184-1

Capital Autorizado..... R$ 25.000.000,00
Capital Subscrito e Integralizado..... R$ 12.955.447,74

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019

DATA, HORA E LOCAL: 24/04/2019, as 14:28 horas na sede social na Av. Deputado Paulo Ferraz 4688 - Teresina - PI. **PRESENÇAS**: Acionistas representando 99,98% do capital votante, **CONVOCAÇÃO**: Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí, edições de 08, 09 e 10/04/2019 e no Diário do Povo, edições de 09, 10 e 11/04/19.**MESA DIRIGENTE**: João de Almendra Freitas Filho - Presidente; Valdik Cardoso dos Santos - Secretário. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade foram tomadas as seguintes deliberações com a abstenção dos legalmente impedidos: a) Aprovação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31/12/18; b) Destinação do Resultado do Exercício no total de R$ 11.351.257,37para a constituição das seguintes Reservas: Reserva Legal: R$ 494.889,05; Reserva de Incentivos Fiscais: R$ 10.856.368,32;c) Pagamento de dividendos mínimos aos Acionistas Preferenciais Classe "A" BNB-FINOR no valor de R$ 297.808,64 e José Clóvis Ribeiro Pinto no valor de R$ 66,59e d) Instauração do Conselho Fiscal para o próximo exercício com eleição na próxima Assembleia Geral com data ainda a ser marcada. **ARQUIVAMENTO:** Na Junta Comercial do Estado do Piauí sob o número20190184698 em 11/05/2019.

VALDIK CARDOSO DOS SANTOS - SECRETÁRIO.

PP. 1415

FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Maria Regina Sousa

SECRETARIA DE GOVERNO
Osmar Ribeiro de Almeida Júnior

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Ellen Gera de Brito Moura

SECRETARIA DA SAÚDE
Florentino Alves Veras Neto

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Fábio Abreu Costa

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
José Ricardo Pontes Borges

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR
Herbert Buenos Aires de Carvalho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Sádia Gonçalves de Castro

SECRETARIA DAS CIDADES
Gustavo Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
Igor Leonam Oinheiro Neri

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS
José de Ribamar Noleto de Santana

SECRETARIA DE JUSTIÇA
Carlos Edilson Rodrigues Barbosa de Sousa

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Janainna Pinto Marques

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Manoel Gustavo de Aquino

SECRETARIA DO TURISMO
Carina Thomaz Camara

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Geraldo Magela Barros Aguiar

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
Wilson Nunes Brandão

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA
Marlenildes Lima da Silva

SECRETARIA DO AGRONEGÓCIO E EMPREENDEDORISMO RURAL
Simone Pereira de Farias Araújo

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Márcio Rodrigo de Araújo Souza

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL
Raimundo Mendes da Rocha

www.diariooficial.pi.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL
Sem remessa postal - R$ 178,00
Com remessa postal - R$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL
Sem remessa postal - R$ 306,00
Com remessa postal - R$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL
Número Avulso até 30 dias - R$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATÉRIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE
Compromisso com a Ética e a Transparência